

CAMBIO.

Janeiro 2.
Londres 3r Da. St. por 1000 ced.
Lisboa 90 por 100 premio, por metal. Nom.
França 325 a 330 Rs. por franco.
Rio de Janeiro ao par.
Moedas de 6/400 14/100 as velhas novas 14/000.
" 4/000 8/000 a 8/100
Pecas Columnarias 1/610s 1/630
Dittos Mexicanos 1/590 a 1/600
Patacos Brasileiros 1/600 a 1/620
Premios das Letras, por mes 1 a 1/4 por 100.
Cobre ao par

PARTIDAS DOS CORREIOS TERRESTES.

Cidade da Paraíba, e villas de sua proteccão	Segundas e Sextas feiras.
Cidade do Rio Grande do Norte, e villas Idem	Todos os dias.
Cidade da Fortaleza e villas Idem	Quintas feiras.
Villa de Goianna	Dias 10, e 24 de cada mes.
Cidade de Olinda	Idem 11, e 25 ditto ditto.
Villa de Santo Antonio	Idem Idem.
Dita de Garanhuns e Povoaç. do Bonito.	Idem 13, ditto ditto
Dittos do Cabo, Sorinhaem, Rio Formoso, e Porto Calvo	
Cidade das Alegrias, e Villa de Macioé.	
Villa de Pajau de Flores.	
Todos os correios partem ao meio dia.	



Tudo agora depende de nós mesmos; da nossa prudencia moderação, e energia: continuemos como principiamos, e seremos apontados com admiração entre as Nações mais cultas.

Proclamação da Assembleia Geral do Brasil.

Subscreve-se para esta folha a 5/000 rs. por quartel, pagos adiantados nesta Typografia, rua das Cruzes D. 3, e na Praça da Independencia D. 37 e 38, onde se recebem correspondencias legalizadas, e annuncios: inserindo-se estes gratis sendo dos proprios assignantes, e vindos assignados.

DIAS DA SEMANA.

31 Segunda * S. Silvestre Papa.
1. de Janeiro. Terça * Circumcissão do Senhor.
2 Quarta S. Inodoro B. M.
3 Quinta Aprigio B.
4 Sexta Tito Discipulo de S. Paulo.
5 Sabbado S. Simeão Estellita.
6 Domingo Dias dos Reis Magos.

Maré cheia para o dia 3 de Janeiro.

As 6 horas 42 minutos da manhã -- As 7 hora 6 minutos da tarde.

DIARIO DE PERNAMBUCO

PARTE OFFICIAL.

PERNAMBUCO.

Diversas Repartiçoens.

MEZA DO CONSULADO.

— A Pauta he a mesma do num. 278.

ARSENAL DE MARINHA.

O Arsenal de Marinha tendo precisão de comprar uma porção de feijão, toucinho, e vinagre, o respectivo Inspector convida por tanto a aquellas pessoas que tais generos tiver, a que compareçam com as amostras as 11 horas da manhã do dia 4 do corrente para se effectuar a compra. Inspeção do Arsenal de Marinha de Pernambuco 2 de Janeiro de 1839.

Francisco d'Assis Cabral e Teive.
Inspector.

PRFETURA.

Parte do dia 30 de Dezembro de 1838.

Illm. e Exm. Sr. — Foraõ presos hontem a minha ordem, e tiverão o competente destino: Joaquim, e Valentina, pretos, escravos do Reverendo Francisco das Chagas, pelo Sub-Prefeito de Santo Antonio, por supo-los fugidos; e Joaquim, tambem preto, escravo do Major Manoel de Azavedo, pela 1. patrulha do districto das 5 Pontas, por ter ouzidamente entrado pela casa de uma mulher em perseguição de outro preto com quem estava brigando, e insultou bastante a dita mulher; João Baptista, indio, pela 1. patrulha da Ribeira, por ebrio; Sebastião Jose Coelho, e Venancio Vieira, pardos, por um soldado de Policia, por desordem; Luiz Marcos dos Santos, semibranco, pelo Sub-Prefeito da Boa-vista, por ter a tirado com uma pedra em hum menor, do que resultou quebrar-lhe a cabeça.

Nada mais consta das partes hoje recebidas nesta Secretaria.

Deos Guarde a V. Exc. Prefeitura da Comarca do Recife 30 de Dezembro de 1838. Illm. e Exm. Sr. Francisco do Rego Barros, Presidente da Provincia, Francisco Antonio de Sá Barreto, Prefeito da Comarca.

Parte dia 31.

Illm. e Exm. Sr. — Consta das partes hoje recebidas nesta Secretaria que forão presos hontem a minha ordem e tiverão hoje destino, os individuos seguintes: Joaze Pavier da Maia, George Pearce, e Jose Duarte da Rocha, brancos, pelo Capitão Antonio Benedicto de Araujo Pernambuco, por virem em um Bote do qual havia sahido um tiro, e se cahiu levemente ao pro-

to ferro Jose Francisco da Costa; Francisco, e Mariano, pretos, escravos do Alferes Jose Bernarda Fernandes Gama, pela 1. patrulha do Corpo Santo por supo-los fugidos; Francisco Pim. tel. branco, Severino Gomes da Silva, soldado do 4.º Corpo de Artilheria, e Antonio Leandro Cabral, pretos, pelo Sub-Prefeito de S. Antonio, o 1.º por esp. ancor a uma menor o 2.º por estar em desordem, e o 3.º por ser desertor de Marinha.

Nada mais consta das partes hoje recebidas nesta Secretaria.

Deos Guarde a V. Exc. Prefeitura da Comarca do Recife 31 de D. zembro de 1838, &c.

Parte do dia 1.º de Janeiro de 1839.

Illm. e Exm. Sr. — Das partes hoje recebidas não consta ter occorrido novidades.

Deos Guarde a V. Exc. Prefeitura da Comarca do Recife 1.º de Janeiro de 1839, &c.

TRIBUNAL DOS JURADOS DA COMARCA DO RIO FORMOSO.

Sessão que tiverão principio em 26 de Novembro de 1838, e forão encerradas no dia 13 de D. zembro do mesmo anno.

Sessão do dia 4 de Dezembro.

Jury de Accusação.

Sumario ex officio contra Antonio Jose Ignacio por antonomania Canguica pelas mortes feitas em Alexandre Gomes, e Maria da tal; o Jury achou materia para accusação.

Sumario ex officio contra Jose Joaquim de Lima pelo crime de resistencia, e tirada de presos de poder de uma patrulha de Policia; o Jury não achou materia para accusação.

Sumario ex officio contra Antonio Ignacio da Conceição, e Virgilio Antonio de Araujo pelas mortes feitas em Antonio Cordeiro, e Maria da tal; o Jury achou materia para accusação.

Sessão do dia 5.

Jury de accusação.

Sumario ex officio contra Francisco Manoel Rodrigues da Silva pelo crime de roubo de escravos; o Jury achou materia para accusação.

Sumario ex officio contra Silvestre Jose da Fonseca, e Felis Jose da Costa pelo crime de fugida de presos de Justiça da prisão de Tamandaré, sendo Reos engajados da mesma Fortaleza e achavão-se de guarda na noite da fuga dos presos; o Jury não achou materia para accusação.

Sumario ex officio contra Senhorinha Maria da Penha, Primo Biserra, e Joaquim de Santa Anna pela morte feita em Miguel dos Anjos; o Jury achou materia para accusação.

Denuncia de Jose Luiz de Souza contra Manoel Thomaz de Araujo pelo crime de ferimentos; o Jury achou materia para accusação.

Sessão do dia 6.

Jury de Accusação.

Sumario ex officio contra Manoel Rodrigues das Doures pelo crime de ferimentos; o Jury não achou materia para accusação.

Denuncia de Ignacio Joaquim da Silva contra Silvestre Rodrigues Pinto pelo crime de estupro; o Jury achou materia para accusação.

Sumario ex officio contra Jose Carlos pelo crime de offensa fisica, e a Manoel do Carmo Carneiro Leão pelo crime de resistencia, e tirada de presos com força armada; o Jury achou materia para accusação contra o Reo Jose Carlos, e não contra Manoel do Carmo Carneiro Leão.

Rio Formoso 13 de Dezembro de 1838. Eu Manoel Antonio Coelho de Oliveira Junior, Escrivão o subscryvi.

CAMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE OLINDA.

2. Sessão ordinaria de 11 de Outubro de 1838.

Presidencia do Senhor Guedes.

O Presidente abriu a Sessão estando presente os Snrs. Vereadores Albuquerque, Ferreira, Maciel Monteiro, Rozelles, e Doutor Domingues; faltando com causa os mais Senhores.

Lida a Acta da antecedente foi approvada.

O Secretario dando conta do expediente mencionou os seguintes officios.

Um do Exm. Vice-Presidente da Provincia em resposta ao que esta Camara lhe havia derigido pedindo providencias sobre o arrombamento que fez acheia do rio Babilibe no attento dos arrombados ao que o mesmo Exm. Sr. pede com urgencia, e circunstanciadamente informe qual o motivo porque se não tem promovido o encanamento do mesmo rio a vista da planta e orçamento feito pelo Coronel Engenheiro Conrado ao que na mesma Sessão foi septufeito.

O Procurador interino apresentou sua relação que fez com os termos judiciais requerendo mandado de quantia de 17,530 a Camara mandou que se pagasse.

Nesta Sessão foi apresentada pelo Procurador Diniz as contas do trimestre findo em Junho do corrente anno: foi remetida a Commissão de Balanço e resolveu a Camara que se officiasse ao dito Procurador para comparecer no dia 17 para assistir o Balanço determinado na Sessão de 2 de Agosto.

Houverão varios requerimentos de partes que se despacharão, e por ser dada a hora o Presidente levantou a Sessão. De q' fiz a presente em q' assignarão. Eu Jose Joaquim de Figueiredo, Secretario o es-

crevi. Guedes, Presidente. Ferreira, Maciel Monteiro, Domingues, Rozelles, Albuquerque. Está conforme.

O Secretario.

Jose Joaquim de Figueiredo.

RIO GRANDE DO SUL.

Huma das questões mais importantes da nossa politica interna, he hoje a rebellão do Rio Grande do Sul. As folhas da opposição não tem deixado de expôr com franqueza, e lealdade os meios mais adequados para terminar huma luta, que nos empobrece, e que nos humilha aos olhos do mundo culto. Entre as medidas que mais urgem, he huma d'ellas a mudança do actual presidente o marechal de campo Antonio Elizario de Miranda e Brito, que o ministro do imperio assentou de chamar gloria militar do Brasil, talvez pelo unico motivo de ter lido huma qualificação semelhante applicada ao marechal de França Mortière, quando cahio morto ao lado do Rei cidaado tulminado pela machina infernal de Fieschi. Pela nossa parte, o Parlamentar não tem perdido occasião alguma de abrir os olhos ao governo, e de persuadi-lo a dar hum passo que muito convem á pacificação da provincia do Rio Grande do Sul; mas quanto mais procuramos desvendar o governo, mais obstinado se mostra elle em perpetuar o snr. Antonio Elisario na presidencia d'aquella provincia, á quem o mesmo governo já não duvida chamar maldada. O que havemos de fazer? O remedio he continuar na dura tarefa, que emprendemos, até que a Providencia se digue illuminar o espirito de hum ministerio, que não enxerga mais do que hum palmo de terra em redor de si. Em hum dos numeros anteriores do periodico ministerial Sete d'Abril appareceu hum artigo apologetico do snr. Antonio Elisario, e nós nos apressamos a responder-lhe, para não se concluir do silencio da opposição, conforme a logica do governo, que ella se confessava convencida pelos argumentos dos seus adversarios. O Sete d'Abril replica á esta nossa resposta em o numero 630. Antes de refutarmos a doutrina deste artigo, entraremos primeiramente n'huma questão preliminar, que releva discutir. Conveni por ventura que os cargos de presidente de provincia, e commandante das armas estejam, no Rio Grande do Sul, reunidos na mesma pessoa?

A harmonia, e diremos mesmo a identidade de pensamento, que deve existir entre as duas primeiras autoridades da provincia he, talvez, huma das razões mais fortes em que o ministerio se funda para conservar o marechal Elisario revestido das duas autoridades, civil e militar, na provincia do Rio Grande. Entretanto, se para a pacificação d'aquella provincia devem concorrer, com partes iguaes pelo menos, a politica, e a força d'armas, he evidente, na nossa opinião: 1.ª a difficuldade de encontrar-se hum homem, que seja ao mesmo tempo hum habil politico,

hum administrador consumado, e tambem hum bom, e valente general: 2.ª incompatibilidade de desempenhar ao mesmo tempo os deveres de presidente, dirigindo a politica, e os encargos de commandante das armas, dirigindo as operações, e os movimentos do exercito. Para comprovarmos esta ultima asserção, poderíamos allegar muitos factos occorridos no Rio Grande do Sul, durante a administração do sr. Antonio Elisario; mas tendo por fim convencer as pessoas de boa fé basta observar que, quando aquelle presidente deixa a capital para visitar algum ponto da provincia, elle tem delegado sempre no vice-presidente, ou no seu secretario, huma parte da jurisdicção administrativa. Claro he portanto, que em todos estes casos dar-se-ha, mais ou menos o inconveniente, que o governo pretende remover, reunindo os dous cargos na mesma pessoa. Ora, devendo estes casos ser muito frequentes, he igualmente claro, por huma parte que o governo não pode evitar os males, que se entolha na separação dos cargos de presidente, e commandante das armas, e pela outra parte que elle fica sujeito á humma condição muito mais desvantajosa ao serviço publico, permitindo que o exercicio da autoridade administrativa seja confiado a pessoas, que tenham menor confiança, e menor illustração, e capacidade do que hum presidente, que elle governo houvesse de nomear. Não deixaremos de recordar neste lugar o que disse o ministro do imperio, em defesa do sr. Antonio Elisario, quando aqui chegou a noticia da derrota do Rio Pardo. Entre outras proposições, o ministro do imperio affirmou que o presidente havia deixado as melhores instrucções ao marechal Barreto, as quaes infelizmente não foram cumpridas, e que se retirara, depois d'isto, « porque o negocio da presidencia reclamava a sua presença na capital. » Se pois o commandante das armas não fosse ao mesmo tempo presidente, e se portanto não fosse elle obrigado, segundo a declaração do ministro, a abandonar o Rio Pardo, não teria a legalidade deixado de soffrer aquelle deploravel reves? Parece nos isto humma verdade de simples intuição, humma vez que não se contestem as premissas ministeriaes.

Examinemos agora, se por ventura o ministerio deperou no sr. Antonio Elisario com hum homem, que reúne a habilitação e a prudencia do politico, ao genio e ao valor do militar. Se provarmos a negativa, teremos respondido victoriosamente ao artigo do Sete d'Abril. Não seguiremos na refutação a ordem dos argumentos, que apresenta o Sete d'Abril. Principiaremos por aquelle, que diz respeito á intriga, que agella, e divide a provincia do Rio Grande do Sul. O Sete d'Abril entende que a intriga he compenheira da guerra, e sobre tudo a guerra civil. Quem o duvida? A questão porem, he outra; vem a ser, se o presidente Elisario tem applicado os meios adequados para diminuir esta intriga, ou se tem antes exacerbado a intriga em consequencia dos seus desactos, perseguições, e violencias. O governo he muito responsável da continuação da intriga. O Sete d'Abril confessa que a nomeação do bacharel José Pereira da Costa Motta para juiz de direito de Porto Alegre, com exclusão de bachareis muito habéis, que alli havia, foi triste, e produziu na provincia pessimos effectos. Foi este hum dos argumentos que nós articulámos contra a complicitade do governo; muito folgamos que o governo se reconheça, e confesse culpado. Porque não faz elle a mesma confissão acerca das injustiças, e desatinos, que praticou na ultima promoção, que fez para aquella provincia, e que tanto incendiou alli a intriga? Entretanto o governo não he o unico réo de tantos males; muito culpado he n'elles o presidente Antonio Elisario. Quaes são as medidas, que elle tem adoptado para acalmar a intriga, e para diminuir o furor dos partidos? O sr. Antonio Elisario não tem sabido executar a lei de suspensão de garantias, nem tão pouco tem tido a energia necessaria para tornar effectiva a amnistia, que o governo foi autorisado a conceder. O Sete d'Abril querá exigir de nós as provas d'estas duas proposições? Obtenha do governo a publicação das relações, que a requerimento de hum deputa-

do por Minas a camara temporaria mandou imprimir, contendo a longa lista das prisões, e deportações ordenadas por aquelle presidente, e ali encontrará sobrejos motivos para convencer se da incapacidade do sr. Antonio Elisario. Consulte depois a historia de hum perverso, que commandava a policia em huma das povoações immediatas á capital, e sabrá que esse malvado, instrumento cego de hum partido immoral, e feroz, recreava-se de fazer saltar as cabeças á alguns infelizes, que, acreditando nas promessas do governo, e confiados na amnistia, se tinham apresentado ao presidente, tendo-os este, depois d'isto, mandado recolher para suas casas. O sr. Antonio Elisario deve convencer se que o meio mais poderoso de conciliar partidos, e de acabar com a intriga, consiste em observar para com todos humma justiça recta, e imparcial, hum religioso respeito á constituição, e das leis. Tem elle seguido por ventura este systema? O contrario d'isto he precisamente o que nos consta. Não tem concorrido menos para augmentar a intriga a pouca consideração, que se tem dado aos officiaes da provincia do Rio Grande do Sul, nos quaes parece que o sr. Antonio Elisario não deposita confiança alguma, se acaso se exceptuar hum pequeno numero.

Ninguém ignora que muito poucos d'estes officiaes foram contemplados na ultima promoção feita pelo ministro da guerra, e tambem he certo q' todo o afan do governo consiste em povar a provincia do Rio Grande, de officiaes de outras provincias.

Nós estamos muito longe de pôr em duvida a imbecillidade do governo, e principalmente a do actual ministro da guerra para contestarmos a grande parte, que lhe compete, n'esta politica errada, e absurda; mas poder-se-ha negar que o presidente Elisario vai de accordo com tudo isto? Não será facil demonstrar-se que he elle quem dá os planos, e os conselhos? A intriga existe, e faz progressos esportos no Rio Grande do Sul. O governo reconhece esta calamidade, mas não quer mudar o presidente que nada tem feito a favor da concordia dos partidos, porque entende que aculpa não provem d'elle, se não da triste necessidade das couzas. E porque as mesmas couzas não produzirão os mesmos effectos em outras provincias? A legalidade tem, dentro em pouco tempo triumphado em todas as provincias, em que a ordem publica se perturba. Sirva de exemplo as provincias de Pernambuco, Ceará, Minas, Pará, e ultimamente a Bahia. Estes factos dão-nos direito a concluir que a cauza, do mal não reside n'essa necessidade das couzas, mas sim na diversidade da intelligencia dos homens a quem tem cabido a direcção dos negocios geraes, e provinciaes.

Dissemos tambem que o sr. Antonio Elisario não merecia a confiança dos rio-grandenses, nem como administrador, nem como general. Como contesta esta proposição o Sete de Abril? Eis a sua resposta.

« Apontem-se os defeitos do sr. Elisario: venha essa lista de hum por hum; mostrem-se quaes os dinheiros que gastou sem necessidade; os pontos que, podendo, ou não occupou, ou deixou sem guarda sufficiente; a gente que, podendo, não reuniu, a operação, que deixou de levar a effecto; a occasião que perdeu; descrevam-se as qualidades, que deve ter o general, e mostrem-se as que faltão no actual presidente do Rio Grande. »

Quem advoga humma cauza injusta, he desculpavel de incorrer em grandes erros, e contradicções! O que se diria de hum governo que nomeasse para presidente, e general das armas de uma provincia rebellada, á hum homem sem conceito, nem reputação? E como se adquire este conceito, e esta reputação, sem se terem praticado actos alguns, de que se tenha a menor noticia? Pertence pois aos defensores do sr. Antonio Elisario cohibir no juizo do publico esses factos, que illustrão aquelle general. Quando a nós bastaria recordar o seu infeliz governo na provincia do Maranhão, d'onde foi expellido por hum tumulto militar, e acrescentar que nunca o sr. Antonio Elisario se distinguio por feito algum militar no Brasil. Como administrador, he sabido

que a provincia do Rio Grande foi escolhida para materia de ensaio, onde o sr. Antonio Elisario devia hir experimentar os seus talentos. Mas d'isto na pacificação do Rio Grande do Sul era indispensavel meios que nós chamaremos moraes, e materiaes, e pessoas que soubessem empregar adequadamente esses meios.

O Governo declarou, perante a representação nacional, que estava revestido d'estes meios; porque não havemos nós por tanto de concluir que a falta de pessoas habéis para empregal-os he que vem ser a cauza da procrastinação da guerra civil? O Sete d'Abril acrescenta que Junot, Massena, Ney, Soult, e todos os mais generaes de Napoleão nem por isso perderão o credito porque não puderão conquistar a Hespanha. Se isto não he zombar de publico, não sabemos como qualificar semelhante argumento! Os rebeldes do Rio Grande que agradecerão ao orgão do governo do Brasil a comparsa, que estabelece entre a liga Europea formada contra Napoleão, e a guerra que hoje secola á quella Provincia. Nós pensamos que o 7 de Abril quer esquecer os brasileiros.

O certo he que a derrota do Rio Pardo deu o ultimo golpe no credito de sr. Antonio Elisario, e visto que o Sete de Abril ostenta tanta erudição para defender aquella gloria militar segundo a frase ministerial, nós lhe lembraremos, pela nossa parte, que o marechal Clausel foi substituido no commando do exercito da Africa só porque não pôde tomar a cidade de Constantine no assalto, que contra ella empredeio. Porque seria mudado, depois d'este acontecimento, aquelle general francez? Certamente porque devia ter perdido muito na confiança do exercito. Entretanto o sr. Antonio Elisario sacrifica no Rio Pardo a flor das nossas tropas, não emprende, nem consegue hum só triumpho contra os rebeldes, e o governo conserva-se teimoso, e obz inado em manter-lo nos cargos, para que o nomeou. Pode fazer-lo; mas pertender que a provincia do Rio Grande tenha a menor confiança no sr. Antonio Elisario he cousa impossivel de obter. Quantos desastres serão ainda precisos para que o governo se desengane de que o systema de corrupção, e do terror não pode dar capacidade a quem a não tem como o sr. Antonio Elisario, nem inspirar confiança á quem só motivos tem para estar descontente, e suspecto, como os rio-grandenses? Eis-aqui o que nós quizeramos que o Sete d'Abril nos declarasse com a ingenuidade que o distingue.

(Do Parlamentar)

O SUICIDIO.

O suicidio vai tendo grande voga entre nós. No curto espaço de alguns meses temos visto que muitos infelizes se tem dado á morte! — Isto horrorisa — E' de mister que empregamos todos os meios moraes, que pôssão veder um crime tão contrario ás leis da natureza, ás leis da sociabilidade mesmo.

O suicidio, como outros muitos crimes horribos, são effectos da falta de creança religiosa. O homem moral, o homem religioso, sofre com resignação os amargores da existencia; por mais penada que seja. A religião dá coragem ao desgraçado para arrostar todo o horror do infortunio, para não succumbir-se pexo dos soffrimentos. O homem irreligioso, porem, o homem, que não acredita em humma vida futura, recua diante da desgraça, conspira contra a sua propria existencia; porque considera menos penoso acabar, do que existir padecendo. « Com a morte, diz o incredulo, findão-se todos os meus padecimentos, na sepultura tudo acaba. »

Ilusão cruel!... A morte segue-se a eternidade! — Nós o cremos! — Um juiz supremo julga então os actos bons e máos da nossa vida. Elle deixou-nos a liberdade das nossas acções, dando-nos o ser; deo á nossa razão o conhecimento do bem, e do mal; e deixou-nos á escolha; porque quiz que fôssemos livres; que não amamos o bem, senão por amor do mesmo bem; que não fugissimos do mal, senão por horror ao mesmo mal. Como, pois,

a loucura do homem o leva ao enorme attentado de suicidar-se? — E' porque a incredulidade lhe arma o braco. O homem, que tem conhecimento verdadeiro de que é, do que deve ao Autor do Universo, do que deve á si mesmo, um homem tal não se suicida. Debaixo dos mais acerbos tormentos de vida levanta os olhos ao céu, e glorifica o Eterno.

« Que é a vida? » pergunta a si mesmo o homem religioso, o homem moral. « E' um composto de misérias. »

O homem, que parece mais feliz, é muitas vezes um dos mais desgraçados. Vede um rei sobre o seu throno, rodeado de todo o esplendor da gloria mandana; elle goza de todos os commodos de hum existencia, rodeada de mil prazeres; mas, si penetrar posses as dobras mais occultas de seu coração, veréis que elle se não considera feliz; porque é proprio da condição humana nunca viver contente com a sua sorte. — Nemo contentus sorte sua.

Para que havemos, pois, abreviar essa existencia, juncada sempre de espinhas? Não nos damos a vida: não nos é licito dar-nos a morte. O suicidio é um crime contra a natureza, nós o dizemos; é um crime contra a Divindade, acrescentamos agora. Muitos, ou quasi todos os materialistas apóiam o suicidio; mas isso é consequência necessaria dos principios que professão, principios terribes, que tem causado maiores danos á humanidade, do que as guerras, a fome, e a peste. O materialismo assassina (conceda-se-nos o termo) nossa alma, embrutecendo-nos, e tornando-nos estranhos aos nossos deveres para com Deus, e para com os homens.

Nós no intimo do coração lamentamos que á tantos desvarios impilla os homens o esquecimento de Deus, o esquecimento de si mesmo. Todo o homem deve cuidar na sua conservação, assim como reconhecer a existencia de hum Deus, que vê todas as nossas acções. O suicidio é filho da irreligião; é de mais a mais, quanto a nós, não a partilha das almas fortes, mas dos espiritos fracos, que não sabem ser sobranceiros á adversidade. O homem forte não recua ao perigo; encara-o corajoso.

Estas linhas rapidamente traçadas não podem exprimir todo o nosso pensamento sobre este importante assumpto, e por isso promettemos ainda com elle occupar-nos.

O Cincinato.
(Diário do Rio.)

Variedade.

Liberdade o que he?

Na epoca, de toda liberdade, em que vivemos, ouvindo e lendo a cada passo o termo Liberdade, pergunto, — Liberdade o que he? — e ninguém m'a define: he uma palavra de quatro syllabas, sonora, fertil em consonantes; he para o oestro em seu arruobo, a eloquencia em seu estasis; eslandarte que tremulla nas tempestades; relampago que fuzila por entre a luta; sonho, ou clangor de trombeta; vibração electrica; clarão da madrugada; candida filha do Ceo, e mil outras gentilezas: — porem o que he? pergunto ainda, depois de enlevar-me em tanta magia, revolve livros de Philosophos, de Politicos, de Estadistas, Dicionarios, vocabulos, e torço a perguntar — Liberdade o que he?!

Será a faculdade que tem cada um de fazer o que quiser? — então não se da Sociedade. Será o direito que tem cada um de fazer o que a lei não prohibe? — Então he uma especie de grimpá, ou ventoinha moral, que varia segundo as Leis, as Religões, os paizes, e a Republica Argentina hade ser a mais rica em liberdade, pois que houve tempo, em que mudava cada mez de Constituição, por amor da liberdade.

Os inglezes tem freedom, Liberdade Teutonica, e liberty, Liberdade Romana, liber homo; nós temos liberdade, e alforria; serão a mesma couza, ou são duas especies de Liberdade? Cinco cantos do Poema de Thompson; a Epopeia de Glover; 160 Tragedias votadas a esse idolo; as Odes de Felinto Elyzio, tantos outros vates, e nem mesmo Scibro, nos gracejos da sua comedia, definiram a Divindade, que

incensário ou ludibriar.

Folhet Blackstone, de L'olme, Johnson; voltei-me para os francezes sophistas, e não sophistas, velhos e novos, cancei com os discursos das Assembleas Francesas; lancei-me aos das Camaras da mesma Nação em tempos de mais calma; dos do Parlamento Ingles, mestres da Liberdade; dos das Cortes de Portugal e Hespanha, tão anhelos de Liberdade; dos das Assembleas e Senados dos Estados-Unidos; dos do Brasil, e de quantos paizes tem Assembleas e Senados; nada do diffição, Liberdade e mais Liberdade; mas -- Liberdade o que he? Ninguém define.

Os jornalistas dizem, que a Liberdade he pouco trabalho, e muito ganho; e os fabricantes inglezes acodem, que lhes querem cavar a ruina, que se cedem a violencia de taes obreiros, compromettem a Liberdade Inglesa, e os interesses dos capitalistas; pois que a Liberdade consiste, em cada um empregar seus capitães a sua guisa. Uma parte da Nação Portuguesa não admitta Liberdade sem Constituição da Corte, e outra só a encontra na Carta de D. Pedro; Camões suspirava pela -- Luzitania antiga Liberdade, -- que não he nem a Constituição, nem a Carta.

Uma porção de hespanhues, pretende, que não pode haver Liberdade sem a Constituição de Cadix; outra que a verdadeira Liberdade está no Estatuto Regio; outra que nas antigas franquias das Provincias, como Carlos: e querem Liberdade, adorando aos Santos, mais do que a Deus, tocando guitarra, descaando e fandango, exaltando seus braços e seus lares; e em quanto a Divida publica paga de L. 1. 800:000:000 cahem na miseria com a Liberdade. Eis portanto differentes Exermitos, escravendo -- Liberdade -- em suas bandeiras, e destruindo se pelo amor da Liberdade.

Novos corifeos sustentam, que para haver Liberdade, he mister o desenvolvimento de fortunas: que o cabedal do homem industrioso e laborioso, se reparta com o preguiçoso; que a intriga e desaforo, a ociosidade, a impostura vivam a custa da industria e do labor.

O Morning-Post, clama -- inglezes! recobrai vossa energia, o Bill da reforma vos rouba a Liberdade!! O Times, brada -- a Liberdade da Gran Bretanha, data do Bill da reforma! O Herald, sustenta, que o povo Ingles só terá Liberdade com a abolição da pena de morte!! O Globo, grita pena de morte a todos os crimes, se quereis Liberdade!!

A Liberdade dos Owenitas, dos Sanseimonianos, dos Quakers, dos Methodistas, dos Judeos, dos Christãos, dos Whigs, dos Tories, dos Ultras, dos Sebastianistas, dos Bonapartistas, dos Carlistas, dos Realistas, dos Constitucionaes, dos Federalistas, dos Republicanos, em que se parece? Uma Mulher diz, -- não tome liberdades commigo. Dis um homem -- tome a liberdade de escrever-lhe -- terão ambos a mesma ideia de Liberdade? os empregados da Alfandega, os negociantes, os fabricantes, os lavradores, terão a mesma ideia de Liberdade?

Certo Lord despediu um de seus rendeiros, porque não deu o seu voto a quem elle queria, dizendo que o rendeiro atacara a Liberdade que elle tinha de tantos votos, um facinoroso incendiou o Castello de um Nobre, dizendo que tinha a Liberdade de servir-se do fogo a seu gosto; o Duque de Fitz James diz, que a Liberdade de fogio da França com os Bourbons; o Visconde de Chateaubriand, expatriou-se porque, segundo elle, expirou a liberdade em França, com a Revolução de Julho; Mr. Guisot, data a Liberdade, do Reinado de Luis Philippe; Republicanos choram por Danton e Robespierre, e pretendem que Marat foi o homem que melhor comprehendio a Liberdade; e querem assassinar, o Rei Cidadão, feito para Liberdade, o Rei proclamado por Lafayette por amor da Liberdade.

Com o nome de Lafayette vem a ideia associada de Americanos do Norte; elles não são os primogenitos da Liberdade, como se intitulam os Suissos; mas são filhos de Inglezes, e vieram por ultimo; inculcam-se como sabendo melhor os elementos, que compoem a Liberdade, e o summum bonum dos Povos, Compoem-se a Nação

de Estados, e cada um delles tem a sua Constituição; portanto cada hum tem sua Liberdade differente; esta multiplicidade de Constituições; esses corpos politicos, senhores de sua individualidade, não podem grande utilidade em estabelecer seu limite entre os Poderes, e os do Governo Central? E não será um terrivel germen de dissolução? Em uma das Estados tem se a liberdade de vender e comprar escravos, e infeliz do que se oppõe a esse trafico, por que he maltratado, mutilado e inforeado sem processo; em outros; falar de escravos he atentar a Liberdade. A Liberdade de jantar das 3 para as 4 horas, podem não depois, por que o criado vai passear com a sua amaia; a cozinheira está no sermão; a estalajadeira levou os achos, da dispensa; e ninguém tem a liberdade de jantar, dançar ou tocar, a Domingos.

John Adams, amigo Washinton, a era também intimo de Timotheo Pinckring, que muito concorreu para a sua eleição a Presidencia; em attenção ao partido inimigo de Timotheo, a quem havia nomeado Secretario de Estado, escravou-lhe que des-se demissão; Timotheo respondeu-lhe que tinha liberdade de não a pedir: Adams ly'a deu, dizendo, que assim o exigia o serviço do Estado e bem da Liberdade; pouco depois tomaram também a liberdade de o porer fora da Presidencia, e bem da Liberdade.

Os Suissos tem muitas liberdades, e he uma, a de servir na guarda da Papa, e na de outros Soberanos.

Todos tem a liberdade de naturalisarem cidadãos de outra Nação; o Ingles, povo livre, não gosa desta liberdade, ha de ser sempre Ingles. e a mesma obrigação he imposta a quantos nascem em Inglaterra.

Liberdade, sera' o bom prazer, e o interesse de alguns, apoiado sobre a submissão, credulidade, e oppressão dos outros? A epoca da Liberdade sera' de ideias vagas, ou transtorno, e confusão de ideias? O saber parece ter perdido toda a sua solidez, e vindo a ser de casquinha e europeu. Todos julgam saber tudo, porque ouvirão falar em tudo, por pseudos sábios, a quem a sciencia entrou pelas orelhas, e sobresem na vereda da impostura, trilho lizo de redinhuo e emprego de palavras, que lhe servem para encobrir, e não para exprimir os pensamentos. Assim, os termos -- Religião, Virtude, Honra, Patriotismo, Hospitalidade, Gratição, Amizade -- Reverenciado pelos povos, pelas ideias de respeito que encerram, significam hoje outros coizes, que nos Dicionarios se não encontram; ou são duas de significadas. Ter dinheiro he o fto de todas as acções, haver o he todo; e como, pouco importa. Ser pontual em suas transacções, he synonymo de imbecillidade; o respeito as autoridades, he servilismo; a obediencia a Lei escravidão e fraqueza; o juramento, he zombaria; e Nome de Deus, que Newton jamais articulou sem curvar a cabeça, se o repetem, he por mofa. -- Epoca toda metalica, toda d'abnegação de todos os deveres, do desprezo de todos os direitos, -- epoca em que, nos proclamando -- Liberdade, -- não dão aos outros a liberdade de pensar, de falar de obrar, de não como elles querem. E a epoca da Liberdade!! O que he pois Liberdade?

Oteteigrammaton dos cabalistas he menos misterioso. Camellão farta-côres que te presta a todos os caprixos, que não tens alvo, plano, nem forma; Proteu que finge adorar sem conhecer; Fantasma multiforme; idolo impalpavel, quem he? o que he? onde resides? ...

Liberdade sera' a segurança que tem o homem do gozo dos direitos, que lhe dá a convenção, que fez com a Sociedade, ou a Constituição que jurou?

Patriotismo sera' deavello e empenhoma prosperidade e gloria do paiz em que nascemos.

Movimento e progresso sera' o desenvolvimento da intelligencia e a marcha para a ordem?

Independencia sera' o resultado da industria, da economia e da união?

Parece que não. No dia 7 de Novembro de 1837, na Cidade da Bahia, Libertadores da Patria, proclamaram, que a Provincia se constituia em Estado Soberano,

livre e independente, porque tinha a liberdade de o fazer, e não gostava da irmandade com o Rio de Janeiro; ao mesmo tempo grande parte das habitantes deixaram a Cidade para se reunirem com os de toda a Provincia, e correr as armas em defesa da Liberdade contra os Libertadores da Patria!!

Foi sempre axioma, que para ser livre e mistar ser forte, o que se alcança com a união; que para ser independente, he indispensavel riqueza propria, e que se adquire pela agricultura, industria e commercio. -- **DIVIDE E IMPERA** -- he axioma do Despotismo. Pois nada disso assim he: para que a Provincia da Bahia seja livre, ha de separar-se da Communhão Brasileira, porer somente durante a menoridade do Imperador; e d'onde se segue que o Estado livre e independente deve ser um psilativo e não um bem, e esse clausula não envolve cobardia, nem picardia; he marchar franca e corajosamente ao fim, como hegens virtuosos que se sacrificam a si e a seus teres pela patria. Durdade e menoridade do Imperador ha de ellec viver, e sempre de acordo entre si, e depositarios da Provincia, que lhes obedecerá de cegas; e queda esperar que elles a entreguem ao Imperador, para gozar certamente melhor bem do que o seu estado de Soberania, Liberdade e Independencia, pois que quem está bem não muda.

Todas as Nações tem de engrandecer-se por conquistas, convenções, tratados; e os Americanos do Norte até por compra de Provincias; a Bahia porer será livre e independente, quando separada das mais Provincias do Imperio, e, sozinha, for praça facil do primeiro aventureiro, do estrangeiro, do visinho, ou do ambicioso; quando sozinha trocar a prepotencia, a consideração, a Representação Nacional de um Imperio, pela de um Estado Livre, Independentemente Soberano; isto é, a dade para ser forte, deve ser separado da mão!!

O Paiz enriquece e prospera quando rapinado por alguns, e entregue ao vai-vem de anarquia, aos horrores da guerra civil; quando mal povoado, mata-se entre si os poucos habitantes; quando em desordem, afugenta de si o commercio e a industria, e paralisa a agricultura!!!

Desde que as massas dominam com suas paixões brutaes, seus instinctos grosseiros, sua veneração pela força fisica; desaparecem a polidez, a delicadeza, e todos os sentimentos suaves e sociaes; as Bellas Artes fogem, as Sciencias perdem sua amenidade, e seus effeitos expiram; a Sociedade toma a carrenha selvagem dos tempos da barbaridade, e o homem volve ao estado primitivo, viúdo da fera.

Nem tão pouco esperar-se pode desenvolvimento algum util no Paiz que marcha para a civilização pela desordem, e no qual a reforma é o bicho roedor, que devora seus proprios filhos, o movimento a esse sentido é penoia que atordoa, o progresso é o macho marcha para o principio. A Liberdade da Anarquia é o triumpho do malvado, é a morte dos costumes, é o dilaceramento da Sociedade, é finalmente o trilho para o despotismo.

(Sete d'Abril.)

Superstição.

O Reverendo Ricardo Knill, um dos agentes mais zelosos da sociedade dos missionarios de Londres, fez, em uma sessão publica em Leeds, na semana passada, a terrivel selecção de huma chomina vel supersticiosa, que foi recentemente descoberta em huma Provincia da Presidencia de Madras, na India, onde os fazendeiros e cultivadores catto, no horrivel costume de engordar as crianças, e de as matar depois. Estado a criança ainda viva, fazem-lhe incisões sobre o corpo, tirando-lhe pedacos da carne, que manda para as diversas partes das suas campos e plantações, e deixão correr todo o sangue da desgraçada criança pelo chão, antes que morra, persuadidos de que a terra regada com o sangue quente de huma criança se torna infinitamente mais fertil! Alguns soldados inglezes mandados a huma aldeia, por ordem dos missionarios, não acharão menos de 25 crianças confiadas a Sacerdo-

tes encarregados de as engordar, para, mais tarde, fazerem hum sacrificio infame. Estas innocentes creaturas foram arrancadas das mãos destes monstros, e hoje se occupão os missionarios em as educar na religião christã.

(Correio Officiai.)

Peso do Corpo Humano.

O Snr. Chausier seccou em hum forno um corpo humano cujo peso original era de cento e vinte libras. Depois de seccado ficou reduzido a doze libras, donde se segue que a materia solida do corpo era para a agua no ratio de um para nove. Esta experiencia mostra a proporção em que estão os fluidos do corpo com os solidos.

(Folhas Inglesas.)

Homens Litteratos da Allemanha.

A Allemanha conta mais de 28,000 autores vivos. Neste numero, 27 tem publicado obras completas, 6,940 tem publicado uma só obra, 183 tem publicado cada um entre 10 a 100 volumes, comprehendendo brochuras; porer soz tem feito uma edição completa, 4,507 tem dado a luz trabalhos inteiramente scientificos, e 2,074 tem escrito livros de piedades, o numero dos poetas he 1,526, o dos tractadores he de 3,310. Porto de 10,000 sabios e homens de lettra trabalhão para os jornaes, e para as collecções periodicas de toda a especie.

(Folhas Portuguezas.)

Avisos Diversos.

— A pessoa que annuncion percisar de hum rapaz para fazer conta de hum loja de calçados por balança dirija-se ao patio do Collegio, vendi de portas amarellas, que achará com quem tratar.

— O abaixo assignado faz sciencia todos os seus Alunos, que a 7 do corrente mez é o dia d'abertura dos livros de Primeiras Letras, e Francês; como tam bem avisa a todos os Snrs. Pais de Família, que do seu prestimo assistencia utilisar: dirija-se com seus filhos para os matricularem d'oje até 6 de corrente a Forra de Portas em a rua de Santo Amaro casa D. 3 para no dia sciencia declarada receberem as Primeiras Lições. Joaquim Joze de Santa Anna Barrois.

— Aluga-se por dez dias somente, ou mesmo comprae-se, Duques, Cavatinas, Symphonias, e Valses para uma ou mais duas flautas; quem as tiver, dirija-se a esta Typografia; advertir-se, que faz-se bom negocio, e as patas mencionadas fôrrem corretas.

— No dia 1.º de corrente furtou-se um anelão d'ouro com 4 a 5 oitavas de ouro lei, com hum diamante grande em cima e uma roda de esmalte; cujo he em cima de umas folhas de pósta para baixo, e he feito a moderna; e quem o dito for offerecido o poderá tocar e trazer a Fortunha do Brum ao Sargento Manoel Joze Carneiro que terá de gratificação 10000 reis, alem de lhe ficar assas obrigado.

— Offerece-se hum homem portuguez para caixeiro de armazem, ou cobrador, e que tem bastante pratica de negocio de paiz; quer o percisar dirija-se a rua nova D. 16 antes de chegar a ponte da Bonavista, que se lhe informará quem é o annunciancia.

— Aluga-se huma casa no lugar do Manguinho pequeno, quasi defronte da casa de Fructos Antonio de Oliveira, em frente para a estrada, sendo para o rio de Capibaribe e com comedores para grande familia; a falar ac major Joze Carlos Teixeira.

— Precisa-se de hum rapaz dos chegados ultimamente do Porto, de 17 a 18 annos de idade; que saiba ler escrever e contar, e de algum abono a sua condicção. Advirte-se que he para Macipó. A tractar no Porto do Mattos com Firmine Joze Fellis de Rosa.

— A casa de pasto da rua dos Quarteis D. 8 precisa de hum creado, que entenda de capreiro: quem estiver nestas circumstancias dirija-se a dita casa para tratar de ajuste.

-- Aluga-se canoas, e canoas para conduzir tijolos de apipucos para o Recife, por ajuste de viagens, ou por dia; precisa-se de um feitor para um engenho, que tenha boa conduta; e vende-se madeiras enchamadas de 20 palmos, de louro, eibros de 30 e 40 palmos; e café: no porto das canoas da rua nova casa de capim junto a serraria, ou em apipucos a fallar com Joaquim do Rego Barros Passos.

-- Traspasa-se um armazem de carne, com todos os seus pertences, sito na praia do collegio: a tratar na rua da Florentina no sobrado novo.

-- Quem precisar de um homem português de 40 annos de idade, para qualquer serviço de campo, dirija-se as 5 pontas D. 19.

-- No dia 31 de Dezembro as 8 horas da noite no isthmo que vai do Recife para Olinda junto a fortaleza do buraco, tomam-se a força do poder de um negro um cavallo russo a pataco na anca, e sellado; quem o pegar ou delle tiver noticia, dirija-se a Olinda no varadouro a fallar com João Pereira da Silva Guimarães, e no Recife com José Affonso Moreira, na rua da Cruz atraz do Corpo Santo, que será recompensado, e promette-se guardar se grede.

-- O Padre José Joaquim da Silva Guerreiro avisa aos Pais de seus discipulos de latim, e francez, que segunda feira 7 do corrente Janeiro se acham abertas as suas aulas, onde devem se achar-se os alumnos respectivos; e a estes lembra o mesmo dia marcado para continuar seus estudos. O mesmo annunciante convida a todos os Srs., que quizerem servir-se do seu prestimo, de cuja utilidade publica, e particular, ha sufficiente prova o n. de 22 Alumnos plenamente approvados no Curso Juridico, em e curto espaço de 8 annos, a procura-lo no pateo do Carmo, lado do norte, penultimo sobrado; 1.º andar. Averte tambem que o estipendio mensal ha de 3200, o mesmo porque sempre tem ensinado nesta Capit. l.

-- Precisa-se de uma ama de boa conducta, para uma casa de pouca familia: na rua do Fagundes no 1.º andar do sobrado defronte do Capitão Felle Correia.

-- Quem precisar de uma ama que saiba cozinhar, e engommar, dirija-se a rua da Gloria D. 51.

-- Precisa-se alugar nos bairros de S. Antonio ou Boa vista, um sobrado de 2 andares decente, com commodos sufficientes para grande familia, quintal e cacimba; quem o tiver dirija-se a Mesa do Consulado a fallar ao respectivo administrador, ou a sua casa na rua do muro da Penha Decima 18.

-- O Tenente Coronel Francisco José Martins, actual Commandante da Ilha de Fernando de Noronha, pede desculpa aos seus amigos desta Cidade de não lhe ser possível responder pela Escuna Lebre as diferentes cartas que pela dit.ª Escuna recebeu, motivada da limitadissima demora que ali teve a referida Escuna; sim promette dar conta de si na primeira oportunidade.

-- Quem precisar de um brasileiro de idade de 50 annos, para qualquer emprego, dirija-se a rua da Gloria D. 15.

-- Na rua Direita venda de 3 portas, D. 14, precisa-se de um caixeiro.

-- Antonio Rodrigues Costa, do primeiro de Janeiro deixou de ser caixeiro de Francisco Moreira Dias, e por isso não tem mais ingerencia nos seus negocios.

-- Quem perdeu um anel na Matriz do SS. Sacramento de S. Antonio, no dia 25 de Dezembro findo, procure a João Francisco dos Santos, na rua do Sr. Bom Jesus das creoulas, casa D. 14, que dando os signaes lhe será entregue.

-- A pessoa que quer comprar uma botica, mora na rua do Livramento D. 12, venda de Antonio José Alves.

-- Quem precisar de um portuguez para caixeiro de engenho, e mesmo para vendeo para fora da praça, dirija-se a rua nova se pé da ponte, loja da Luiz da Costa Leite.

-- A ama que annunciou querer servir, sabendo engommar, e cozinhar, e todo o mais serviço de uma casa, dirija-se a rua da cadeia velha n. 5.

-- O abaixo assignado para evitar questões, avisa ao respeitavel publico, que

ninguem faça troca, ou venda alguns relativamente aos engenhos Bom retiro, e Limão-doce na Villa de Serinhaem, situados em terras do engenho Matto grosso; pois que sendo interessado em partes das mencionadas propriedades, protesta-se opor-se a todo e qualquer negocio, que sobre as mesmas se fizer -- Manoel Elias de Moura.

-- Quem tiver para alugar um primeiro andar de um sobrado, ou uma casa terros, nas ruas do Rangel, Direita, das Agouas verdes, Hortas, pateo do Carmo, e de S. Pedro, que o seu aluguel não exceda de 8 a 10,000, annuncie.

-- Quem precisar de um optimo cozinheiro portuguez, dirija-se ao beco do Trem em um assogoe.

Avisos Maritimos

PARA LISBOA, até o fim do corrente o muito velleiro Brigue Portuguez Feliz Destino, de que ha Capitão José da Silva Bello, quem quizer carregar ou hir de passagem, dirija-se a Francisco Severiano Rebello, ou ao Capitão na praça do Commercio.

PARA O ASSU, sahirá impreterivelmente no dia 12 do corrente o Bergantim Brasileiro Paquete de Pernambuco; quem quizer carregar ou hir de passagem, dirija-se a bordo, fundado defronte da lingoteira, ou ao forte do mattoquina da rua da Lapa no 2.º andar a tratar com Leopoldo José da Costa Araújo.

Compras

-- Um quaty, que seja macho, e não se exija o preço: na rua das Trincheiras D. 15.

-- Um cavallo castanho com mãos brancas, e que seja novo: na rua da Cadeia do Recife D. 18.

Vendas

Folhinhas de porta, de algibeira, e de Padre, para o anno de 1839, pelos preços de seis vintens as de porta, doze as de algibeira, e pataca as de almanak completo, e de Padre; todas impressas nesta Typografia, em bom papel e optimos typos; e hem conhecidas pela certeza do calculo, e redigidas pela primeira pessoa que em Pernambuco fez folhinhas: as de algibeira alem das noticias do costume contem uma tabella chronologica dos principaes factos desta Provincia, um ensaio Topografico da mesma, segundo a divisão das novas Comarcas, e um Almanak completo: na praça da Independencia loja de livros n. 37 e 38, rua do Cabugá loja do Sr. Bandeira, no Recife rua da Cadeia loja do Sr. Quaresma, rua da Madre de Deos defronte da Igreja, venda que foi do Rezende, na Boa vista botica do Sr. Joaquim José Moreira, defronte da Matriz, e em Olinda na botica da rua do Amparo.

-- Uma escrava de nação, de idade de 14 annos pouco mais ou menos, com principios de cozinhar, e costura, ou troca-se por um negro, que seja fiel, e que não tenha o costume de fugir, a escrava he recolhida: na rua dos Martirios do lado da Igreja, casa D. 15.

-- A venda da rua da Conceição da Boa-vista D. 30, cuja tem bom ranço para matutos; e um escravo para todo o serviço; e precisa-se de uma ama para o serviço de casa: a tratar na mesma.

-- Traves de todos os comprimentos, 300 caibros de mangue ja descacados, 9 traves de campari de palmo em quadro, um negro de todo o serviço, sacas de arroz branco, ditas de feijão molatinho, feixes de abanos, sacos de café, e outros generos tudo por preço commodo: na rua do Rangel venda de Luiz José Marques.

-- Uma escrava de nação de 20 annos de idade, optima engommadeira, cozinheira, e lavadeira: no pateo de S. Pedro sobrado de um andar D. 8.

-- Uma boa casa terros sita em fora de portas: na rua da Cruz n. 57.

-- Uma paderia com todos os seus pertences, sita na rua Direita defronte da venda do fallecido José da Penha; um cavallo com cangalha; e um par de caçambas: a tratar na mesma.

-- Uma bonita escrava com 25 annos de idade, optima cozinheira de tudo, insigne lavadeira, e engomma bem diso: na rua Direita passando a venda do fallecido José da Penha, sobrado D. 20.

-- Uma loja de couros sita em muito boa rua, e tem muito poucos fundos: nesta Typografia se dirá.

-- Botina de Lisboa, meios ditos, sapatos a botinados de bom bezerro, sapatos de duraque para Senhores e meninos, ditos de cordavão, ditos de duraque, setim, e marroquim francezes, botinzinhos e sapatinhos para meninos, chinelas para homem, sapatos de bezerro francez de solla fina e grossa, chapéo do Chile de todas as qualidades, e bichas de boa qualidade: tudo a preço commodo: na praça da Independencia n. 6, 7, e 8.

-- Muirto superior e nova salsa partilha, chegada ultimamente: no Recife armazem de Manoel Francisco Pontes.

-- Um bom carrinho de duas rodas: na rua nova em casa do segeiro Francez.

-- Um bom cavallo grande, muito proprio para carrinho, de cor russo; carregado baixo, e esquipa: no botiquim da rua da Madre de Deos, e no mesmo se precisa de um bom cozinheiro.

-- Um negro de 20 a 24 annos de idade: na rua nova D. 9.

-- Duas caixas de amarell para aquecer: muito bem feitas, e por preço commodo, na rua da praça serraria do Marroquim.

-- Uma venda com poucos fundos, sita no atterro dos Allogados: na rua de Santa Theresia D. 22.

-- Uma negra forte, e boa vendadeira de rua, na rua da cadeia do Recife Decima 18.

-- Superiores chapéos pretos de massa, ditos de castor branco, e preto, da ultima moda, ditos elasticos, bichas grandes de Lisboa; e na mesma se consertão e põe-se a moda chapéos de castor, e de massa, tudo por preço modico; assim como se informão chapéos do Chile: na fabrica junto a cadeia.

-- Uma armação com todos os pertences, e em muito bom lugar por ser bom local para comprar madeiras: a tratar nos arrombados na casa junto a capelinha de S. Anna a fallar com João Sabino de Lima: na mesma casa ha um rapaz brasileiro de idade de 20 annos, que deseja arranjar-se em alguma casa de negocio, inda mesmo para fora da praça, e dá fidedor a sua conducta.

-- Um relógio de repetição, com caixa e mostrador de ouro; e um papagaio optimo fallador: nas 5 pontas venda D. 10.

-- Botins de Lisboa, meios ditos, sapatos a botinados, ditos de orilha de bom bezerro, ditos de cordavão de uma sola, ditos de marroquim francezes para homem, botins para meninos, sapatos de marroquim para Senhora a 640 ao par, ditos de duraque preto e de cores, ditos de marroquim e de duraque francezes, sapatinhos para meninos de 2 a 9 annos tudo por preço commodo: no atterro da Boa vista loja D. 9.

-- Um saqueiro completo de dnxia, um par de castiças de prata, duas salvinhas, uma escrivaninha, um par de castiças pequenas proprias para piano, um aparelho para chá, e caixas para rapé, tudo de muito bom gosto, e vindo ultimamente do Porto: na rua Direita D. 19.

-- Arroz branco pilado muito bom: no beco do peixe frito venda D. 4.

-- Vinho da Figueira de superior qualidade a 1280 a canada: na rua da sanzalla velha armazem D. 1.

-- Ou aluga-se e troca-se diariamente velles de cera de meia quarta até toucheiros, por preço commodo: na rua do Rangel D. 9 sobrado de um andar.

Escravos Fugidos

-- Desappareceu no dia 2 do corrente um moleque de nação angola, de nome Paulino, bonita figura, idade de 12 annos para 13, secco, estatura, propria da idade, levou vestido camisa e calça de riscado azul, cujo moleque julga-se ter sido furtado, por ja ser a segunda vez; quem delle tiver noticia, ou o poder apprehender, o poderá levar em casa de Manoel Francisco Pontes, onde mora o Sr. Sr. Antonio da Silva Junior, no Recife rua da sanzalla velha, que será generosamente recompensado.

-- Do sitio pregado a pinguella chamada de Luiz do Rego, em S. Amaro, na estrada que vai para Belem, uma negra de nome Maria, de nação congo, levou furtado tres voltas de cordão com medalha lisas tendo um diamante, e no outro lado uma chrisolita, levou vestido de chita roxa ja desbotado, e palminhas azues, folhos largos por baixo, debrum do talho de chita cor de obreira encarnada, e um panno de chila, ella he bastante bruta, e em ambas as fontes tem um calombinho de sua terra, dentes da frante podres, e quebrados, baixa e cheia do corpo, o rosto he mui notavel por ser pequena, e a cangulada, ou aguçado; quem della der noticia certa, de maneira que se verifique o lugar onde ella existe, ou a levar ao dito sitio será bem recompensado.

-- No dia 30 do p. p. fugio uma escrava que he conhecida por andar vendendo pão de milho, de nome Maria, ha preta, estatura regular, cheia do corpo, as maçãs do rosto altas, boca grande, beiços grossos, peitos grandes, pés pequenos, levou vestido de chita de assento branco, e flores roixas, panno da costa com listras brancas e mátemas de panno branco; quem a pegar leve ao Recife rua do Amorim em casa de Antonio José Francisco da Veiga.

-- Fugio no dia 23 de Dezembro, um moleque de nação, de nome Joaquim, official de sapateiro, de idade de 18 annos, baixo, cara redonda, pernas e dedos dos pés pequenos, unhas bastantes aparadas por ter tido em pequeno muito bixos, levou vestido calça e camisa de brim, e costuma andar com um chapéo de palha, quem o pegar leve as 5 pontas no penultimo sobrado do Peixoto.

-- Na noite de 24 de Dezembro, fugio da casa D. 1 na rua da sanzalla nova uma escrava preta e creola, de nome Anna, idade pouco mais ou menos 30 annos, cor fulla, alta e bastante gorda, levou camizão uma trouxa de roupa, e tem os signaes seguintes: uma verruga na ponta do nariz, e algumas costuras de feridas no lado direito do pescoco, esta escrava foi do Sr. João Francisco de Albuquerque e Mello, que morava em Bebiribe; qualquer pessoa que da mesma tiver noticia a queira mandar pegar e levar a mencionada casa, que será generosamente recompensado.

-- Fugio no ultimo de Dezembro do anno p. p. uma negra da costa ja idosa, de nome Catharina, alta, um tanto fulla, quebrada de ambas as verilhas, quando anda deita os peitos para fora; quem a pegar leve a rua do Aragão D. 37, que será gratificado generosamente.

Movimento do Porto

NAVIOS ENTRADOS NO DIA 1.

ILHA DE FERNANDO; 3 dias, Escuna de Guerra Nacional Lebre, Commandante o 1.º Tenente Jesuino Lamego Costa. LIVERPOOL; 48 dias, Galera Inglesa Ironside de 264 Tonel., M. Mitchell. carga carvão de pedra: a Mc. Calmont. BARCELONA por Cadix; 70 dias, e do ultimo porto 30, Brigue Hispanhol Deliro de 104 Tonel., M. Felis Maristan, carga vinhos: a Mc. Calmont, veio refrescar, e segue para Montevideo.

CORRESPONDENCIA.

Srs. Redactores.

Em cumprimento de minha palavra, dada na minha correspondencia de 20 de Outubro corrente, vou responder a correspondencia do Snr. Monteiro inserida no seu bem conceituado jornal n. 217. Dis o Snr. Monteiro em principio, que preza tanto a sua reputação, quanto eu prezo a minha: eu deixo ao Publico imparcial o juizo a respeito, a vista dos fatos que apresentar-mos. Dis mais o Snr. Monteiro, que eu era zero, e nula na sociedade, quando já elle gozava de opinião publica; este dito, Srs. Redactores, nada mais he do que huma prova de ser o Snr. Monteiro mais idoso do que eu, pois quando elle gozava dessa opinião, de que falaria, eu me achava nessa Praça recebendo educação, e incapaz de occupar empregos publicos pela minha pouca idade. Dis tão bem o Snr. Monteiro que não sabe onde eu adquiri sciencia, e tem toda via a patetisse de dizer, que eu tive tres annos de estudos no Seminario d'Olinda; ora ajuntando esses estudos e mais alguns que tive na Aula publica de Latim da Boa-vista, parece já ser muito para o Snr. Monteiro, que não pode por si mesmo julgar de minha, alias muito diminuta capacidade litteraria; pois mal aprendendo as primeiras letras, escreve, e pronuncia — virbulla, dilicerar, obestenha-se, sucrestos; em lugar de vibora, dilacerar, abstenha-se, sequestro &c. &c. He por tanto o Snr. Monteiro muito pedante por querer conhecer da minha pequena capacidade litteraria. Principiou logo o Snr. Monteiro faltando a verdade, quando diz que eu estive tres annos no Seminario, pois não he este o exacto tempo que eu lá estive. Cumpre dizer que eu nunca me gabei de sabio, e bem longe estou de ter esta tentação: tive sim huma educação muito differente da do Snr. Monteiro, pois desde a tenra idade de 7 annos, fui conduzido a essa Praça, e ali educado entre os brizos, e cultos Pernambucanos até a idade de dezoito annos; ao mesmo tempo que o Snr. Monteiro, embrenhando nas agrestes matas d'este torrido Sertão, exercitava o honrozo, e delicado officio de vaqueiro, ou vindo só ao derredor de simugir vacas, riuchar cavalos, balar ovelhas, regougar rapôzas, e espiar serpentes, e tendo por hum suave divertimento perseguir os Tigres a trave de asperas, e escabrozos rochedos. Diz mais o Snr. Monteiro, que eu me enchi de soberba por ser Eleito Deputado, e que esta eleição foi por meio de cabalas. Em primeiro lugar respondendo, que eu não me ensoberbeci, tive sim muita satisfação por ver que mereci algum conceito aos meus Patriotas, ainda que não me julgo digno de occupar tão honrozo lugar. O Snr. Monteiro porem, não obstante ostentar que goza de muita opinião publica, e blazonar de ser conhecido nas quatro Provincias do Norte, nenhum voto mereceu na primeira eleição, e nem mesmo achou quem cabala-se a tal respeito. Em segundo lugar, não podendo eu ver, sem grande, e verda-

deira dôr, o Snr. Monteiro vituperar os meos Illustrados comprovincianos, que não merecem o vil epitheto de cabalistas, com que elle pretende injuriar-lhes; responde que o mesmo Snr. Monteiro sendo tão bem Eleitor na segunda eleição, votou em mim, não obstante ser meo total inimigo; pelo que se deve convencer, ou que me axou merecimentos, ou que he cabalista; pois sendo meo inimigo, claro está que não votava em mim sem me axar merecimentos, ou receber para isso algum premio. He porem irrisorio ver o Snr. Monteiro taxar de cabalistas os Eleitores por me fazerem Deputado; e chamar Illustrado a Assembléa, por que o fez Vice Presidente, sem se lembrar que aquella Assembléa era composta pela maior parte dos mesmos Eleitores, a quem elle apelidou injustamente por cabalistas. Coitado! Ficou tão contente com a nomeação de Vice Presidente, e a Illustrada Assembléa fez a injustiça de não reelegê-lo. Continua o Snr. Monteiro enumerando eminentissimos Empregos, que a Provincia lhe tem concedido em attenção aos seus amplos merecimentos: a modestia faz que eu seja mais recatado em narrar alguns, que ella tão bem se tem dignado conceder-me, se bem que não serão talvez tão eminentes como os do Snr. Monteiro. Não posso porem guardar silencio quando vejo o Snr. Monteiro jactar-se de prompto em servir a sua Provincia, pois prova-se que elle he bem remisso a este respeito. Dis que se prestou voluntariamente com seis cavalos encangalhados &c. Isto he falso, e se o Snr. Tenente Coronel assim atestou, foi por não estar bem lembrado do que se passou naquella tempo; pois com o documento n. 1. prova-se que aquelles cavalos não foram dados voluntariamente, e sim a requisição do Tenente Coronel, e que não erão todos do Snr. Monteiro. Alega ter mandado cincoenta bois para a sustentação da Tropa; e que elogio deve merecer por isso, Srs. Redactores? Nada mais fez do que negociar com a Nação, vendendo-lhe aquelles bois pelo preço de 20\$000, como vendia aos Marxantes; com adiferença porem que estes tinham a liberdade de refugar os que lhes não agradavam, e o Snr. Tenente Coronel, pelo contrario não pôde obrar assim na posição em que se achava, e por isso recebeu todos que elle lhe mandou, dos quizes talvez nenhum valêce 20\$000. Falta a verdade quando diz que os mandou levar a sua custa, e por pessoas suas; pois é certo que elle sendo naquella tempo Juiz de Paz, os mandou por soldados. A vista do grande lucro que fez com a Nação, não he muito que fizesse doação desses 400\$000 rs. de que fala com ostentação, cuja doação foi feita depois de rechaçados os rebeldes; pois elle não quis fazer oferta ao principio na esperança que o Pinto vencesse: melhor seria que o Snr. Monteiro descesse que fez doação daquelles 400\$000 rs. para fazer desaparecer em parte os delinquentes, que vagavam apelidando-o por concunado. Quer o Snr. Monteiro provar com a enumeração d'esses serviços que he mais Patriota do que eu; po-

fem vou mostrar que tenho maior opinião a esse respeito; por que quando o Pinto Madeira ameaçou arruinar Pombal, e as Famílias Patriotas, ali residentes, se virão, por falta de força sufficiente, na dura necessidade de deixar os Patrios lares, e procurar azilios desviados do ameaçado Pombal, e isto em huma estação chuvoza; nenhuma se quis abrigar na casa do Snr. Monteiro, não obstante ter muito comodo; na minha casa porem, mais distante do Pombal do que a do Snr. Monteiro, se azilaram seis Famílias, pertencentes ao Illustre Patriota, o Snr. Manoel Ferreira de Souza, Tenente Coronel do Batalhão de Guardas Nacionais do mesmo Pombal; na Villa do Principe distante do Pombal vinte leguas, se azilou em casa do Exc. Snr. Senador Francisco de Brito Guerra, a Família do benemerito Patriota Snr. Capitão Mór Gonsalo Jozé da Costa, que acabou seus dias no campo da honra; algumas até se sujeitarão aos rigôres do tempo, sem que huma só procurasse a casa do Snr. Monteiro (ut supra diximos) por que dizião que fedia a corcunda. Quem porem procuraria a casa do Snr. Monteiro, naquele tempo Juis de Pas? Hum homem processado por crimes politicos, cujo nome direi, se o Snr. Monteiro quizer, e até a mandou lançar fora do seo Destrito o cultamente, em ves de opretender como era do seo dever, pois tinha o rol dos culpados; e isto mesmo provarei com documentos, se o Snr. Moreira duvidar. He para o documento n. 2. que eu chamo muito a attenção do respeitavel Publico; por quanto delle se vê que o Snr. Monteiro não é tão pronto em servir a sua Provincia, como se jacta, a vista do frivolo pretexto, com que se escuzou aos serviços, como se os tivesse de prestar a aquelles, de quem injustamente se queixa, e não a sua Patria; digo que se queixa injustamente, por que nenhum daquella corporação o pretendeo aniquilar; tanto assim que a Meza Eleitoral, em ves de o multar pelo nenhum fundamento da escuza, relevou esta culpa, e a Camara contentou-se com riscar o seu nome da lista dos Vereadores. Entre tanto elle não se mudou da Provincia. Alem disto há entre esse documento, e a correspondencia do Snr. Monteiro huma manifesta contradicção; pois tendo elle nesta ostentado ser bem aceito dos seus comprovincianos, naquelle dis que elles o pretendem aniquilar. E quem o entenderá! Dis mais o o Snr. Monteiro que eu, meos Manos, e cunhados demos vinte bois para nos izentar-nos da marcha contra Pinto Madeira: eis ahi, Snrs. Redactores, huma grande, manifesta, e negra calumnia, pois aquelles bois não foram dados para nos izentar-nos da marcha, porem sim para coadjuvação do sustento da Tropa, como evidentemente provo com os documentos n. 3., e 4. Eu era no tempo daquella marcha Sargento Mór reformado; mais dois filhos de menor idade, e Estudaetes de Latim, pelo que nem eu, nem elles estava-mos sujeitos a marcha alguma, a não ser hum rebate geral; não obstante a penas soube da marcha da Tropa, dirigi-me a Villa do Principe, e ali sem ter ainda falado com meos Manos, e Cunhados, ofereci aquelle donativo. Nenhuma culpa tenho se o Snr. Tenente Coronel officiou ao Exc. Snr. Presidente da Provincia, Joaquim Vieira de Souza, dizendo que aquelle donativo tinha sido dado por mim. Foi por ordem do mesmo Exc. Snr. que foi este officio publicado no Natalense, e não por mandado dos meos comprovincianos para me sufragarem, como caluniosamente dis o Sr. Monteiro. O mesmo Sr. Monteiro foi que

pedio escuza para a sua gente: eu estava na Villa do Principe quando a Tropa se reuniu para marchar; e já o Sur. Tenente Coronel sentia a tardansa da resposta de hum officio, que tinha dirigido ao Snr. Monteiro, pedindo-lhe gente para a marcha; já o Povo o apelidava na rua por corcunda, quando eu, instado pelo Reverendo vice Vigario daquella Villa, o Snr. Manoel Jozé Fernandes, e pelo mesmo Snr. Tenente Coronel sahi da mesma Villa pelas des horas do dia, e soffrendo todo o rigor do sol do meio dia, cheguei pelas cinco da tarde a casa do Snr. Monteiro, des legoas distante da dita Villa; e despertando-o do letargo em que se achava, então officou elle ao Snr. Tenente Coronel, pedindo-lhe escuza para os seus vaqueiros, e agregados, como provo com o documento n. 5. Eu costumo servir a minha Patria por ser minha obrigação, e pela adhesão que tenho a cauza publica; razão por que não numerarei aqui os meos serviços, como por ostentação fez o Snr. Monteiro, se bem que não troco metade dos meos pelo total dos d'elle. Quanto ao Snr. Monteiro dizer, que não disse que eu tinha em meo poder o dinheiro do donativo, eu não admiro; por que sempre teve por costume dizer huma couza, e negar quando assim lhe convem, o que posso provar com documento de sua propria letra que tenho em meo poder. Dis o Snr. Monteiro que para eu inteiramente lavar a minha reputação, devêra ter apresentado a ordem do Governo, pela qual entregou se a Fr. Jezualdo Maria de Florensa a quantia de 205\$000 reis, e o recibo do mesmo Fr. Florensa, duvidando assim da minha palavra, e julgando-me com capacidade de ter desencaminhado aquella quantia, o que não he menos do que chamar-me ladrão! Snrs. Redactores, nenhum dos Excellentissimos Snrs. Prezidentes da Provincia da Parahiba deixou de acreditar os meos officios; só o Snr. Monteiro, pela sua má fé, foi capaz de fazer de mim tão baixo conceito: e fas-se muito sentido por eu lhe chamar calumniador; que nome pois merece aquelle, que com faixas imputações macula a honra dos seus semelhantes? Eis ahi, Snrs. Redactores, a ordem do Governo, com o titulo de documento n. 6., e o recibo de Fr. Jezualdo com o Titulo de documento n. 7.: lavada sem duvida está a minha reputação, segundo a expressão do Snr. Monteiro. Diz mais o Snr. Monteiro que todos não são obrigados a mecerer pela minha palavra. Eu estimei que o Snr. Monteiro estabelecesse esta proposição, da qual me sirvo tão bem para perguntar-lhe como quer que eu, e muita gente lhe demos credito nas vergonhozas, e inauditas contas, em que cobra da Santa des mil e tantos cruzados por hum pequeno serviço, e nas quaes contas se notão adições falsas, bem como a despeza de 60\$000 reis feita com oito homens, e oito juntas de bois para conducção de quatro paos para as columnas do Altar, quando os condutores jurarão a pouco na prezença do Juis que serão buscar aquelles paos por fazer esmola a Santa, e que só serão dous paos, e não quatro, e finalmente que nenhuma di-prza pagou o Snr. Monteiro pela Santa na conducção dos ditos?! Assim como o Sur. Monteiro disse que para eu lavar inteiramente a minha reputação era preciso apresentar a ordem do Governo, e recibo de Fr. Florensa; assim tão bem eu digo que para elle lavar inteiramente a sua reputação, he preciso apresentar hum documento verdadeiro, pelo qual prove ter gastado em réllhos para andames, cordas, e tamoceros para o serviço da Santa mais de cecenta couros dos bois da

Santa que matou para o mesmo serviço!!!! Ainda não está sanada a dolorosa chaga, que abriu no intimo do meu coração a celeberrima carta do Sr. Monteiro, de 7 de Dezembro de 1836 (que a farei publicar pelo seu jornal quando o Sr. Monteiro sahir segunda vez a campo) na qual memoizou com os injuriosos epithetos de insultante, atrevido, e libertino!!! Eu já me queixei disto na minha correspondencia; porem o Sr. Monteiro guardou silencio a respeito, tendo alias respondido a couzas mui insignificantes; he por tanto calumniador, e mais, e mais, por não ter provado o que disse a meu respeito. Quanto a arguição que me fez o Sr. Monteiro, por não ter cumprido a ordem do Presidente Nabuco, refiro-me a minha primeira correspondencia; e quando dis que mandei o dinheiro para Pernambuco com o mesmo risco, nega de proposito a verdade: pois não ignora que as relações daqui são para Pernambuco, e não para a Parahiba, e que aquella quantia foi entregue nessa Praça por hum Marchante, que comprou-me alguns bois, e por isso mesmo a nenhum risco me suguetei. Escarnece o Sr. Monteiro, perguntando se aquelle dinheiro esteve guardadinho em alguma burra; eu não tenho burra, Srs. Redactores: talvez que já hoje tivesse com que mandar fazer humo, se o Sr. Monteiro fosse mais exato no comprimento dos seus deveres; pois tendo falecido meu sogro a 18 annos, elle teve a felicidade de ser seu Testamenteiro, e manejando os dados a seu geito, até hoje não me inteirou de minha legitima, e não deo conta do Testamento, muito gado tem morrido da seca, e ainda existe grande porção sob a administração do Sr. Monteiro, que desde aquelle tempo vende os bois, sem que reparta o dinheiro com os Erdeiros!! Quanto a dizer o Sr. Monteiro que aquelle dinheiro esteve em negocio, respondo que sendo eu obrigado a dar conta delle, logo que fosse procurado, nenhum crime era negociar com elle, com tanto que não faltasse a entregalo, quando me fosse exigido. Pergunta o Sr. Monteiro por que o não recolhi na mesma especie; respondo que eu até o recolhi em melhor especie; pois sendo quasi todo em cobre, como provo com o documento n. 8., mal podia o acrescimo da pouca prata endemizar o prejuizo que ouve no cobre. Tendo o Sr. Monteiro tomado intruzamente conta da Administração dos bens da Capela de N. Sra. do O' em 1821, por morte do legitimo Administrador, apurou em moeda até o anno 1829, com a que tinha ficado apurada quando faleceu o Administrador, hum conto cincoenta e nove mil sete centos e cincoenta e cinco reis em prata, e ouro, moedas correntes naquelle tempo pelo seu valor nominal. Só eu, Srs. Redactores contei com a minha mão 400\$000 reis em ouro, pouco tempo antes da morte do Administrador. Sendo o Sr. Monteiro chamado a contas este anno, apresentou a mesma quantia valendo o patacão 1\$600!! Permita-me o Sr. Monteiro fazer-lhe aqui algumas perguntas: primeira se este dinheiro esteve guardadinho em alguma burra; segunda se ainda mesmo sendo só emprata não teria o acrescimo de mais de 700\$000 a favor da Santa; terceira se 1835 pagou aos Officiaes que trabalharão na Igreja em ouro, e se o deo pelo seu valor nominal; quarta finalmente se não será isto especulação de lucro, ganansa, e mais alguma coisa? Dizia o Sr. Monteiro que não; porem eu afirmo que a Santa sofreu nesse dinheiro hum grande prejuizo. Diz mais o Sr. Monteiro que melhor aconselhado do

que eu; entregou o dinheiro que tirou do Donativo, aos mesmos que o tinham dado, não sabendo de Lei, que o mandasse recolher ao Fisco; mas eu pergunto qual a Lei que o mandou entregar, contra a ordem do seu Chefe de Cavalaria, o qual lhe ordenou o guardasse em seu poder até que lhe fosse procurado? O Sr. Monteiro entendeu melhor a Lei do que os Excellentissimos Srs. Presidentes da Parahiba, a quem me derigi, e que me determinarão que fizesse recolher aquelle dinheiro ao Fisco: depois que dei parte ao Governo, falei a respeito ao meu Vigario, o Exc. Sr. Senador Francisco de Brito Guerra, pessoa de reconhecido merito, e sciencia, o qual me disse que eu tinha obrado o que devia; não sei pois qual foi o sabio concelheiro do Sr. Monteiro; mas o mesmo Sr. se contradiz, afirmando na correspondencia ter sido mais bem aconselhado do que eu, ao mesmo tempo que dis no seu documento n. 2. que obrou assim por lhe parecer mais razoavel; e se este dinheiro era dos soldados para que o Sr. Monteiro lhes entregou com a condicão de lhe tornarem a dar quando fosse pedido? Isto he hum prova clara de ter o Sr. Monteiro conhecido que aquelle dinheiro já não pertencia aos soldados; e só obrou daquelle maneira para fazer tornar assi o que como Capitão tão bem tinha dado. Muito pouco valiozo acho o documento, pelo qual pretende o Sr. Monteiro provar que fez entrega daquelle dinheiro aos seus primeiros donos; pois que constando a sua Companhia de 72 praças incluzive os Officiaes, apenas se achão assignados naquelle documento 17 soldados, sendo certo que não só se não vê a assignatura do Alferes, como de alguns soldados, que tão bem concorrerão; dado porem que elle fosse valiozo, delle se vê que tendo o Sr. Monteiro recebido aquelle dinheiro em 1820, só em 1827 foi que o entregou. Estaria tão bem guardadinho em alguma burra? Não teria sido posto em giro? Aqui vejo verificado, Srs. Redactores, aquelle verso; que diz -- Ha gente, e gente grave, que em seus olhos não vê, nem hum traço -- Como o Sr. Monteiro dezeja que o publico faça hum exacto juizo a nosso respeito, eu ofereço o documento n. 9., pelo qual se pode julgar do procedimento do Sr. Monteiro. Com effeito, Srs. Redactores, he muito de admirar que hum homem das qualidades do Sr. Monteiro, e que se jacta de gozar tanta opinião publica desde o tempo em que eu ainda era zero, e nulidade na Sociedade, esquecendo-se dessa opinião se abate-se a ponto de se dirigir a hum Ministro de Christo, a fim de que este fazendo o vil papel de sedutor rogasse a dous homens para negarem a verdade, mandando o dito Sr. Monteiro hum copia de sua propria letra (que tenho-a em meu poder) para que aquelles homens lhe respondessem por ella a fim de poder destruir o meuTitulo, e triumphar de seus caprixos, ficando-se com a minha Propriedade. Sou homem, Srs. Redactores, e por isso mesmo sugueto a hum igual fraqueza, porem ingenuamente confesso, que prefiro mil vezes a morte. Outros de igual natureza existem em meu poder, que serão publicados, quando o Sr. Monteiro me der motivos. Conclue finalmente o Sr. Monteiro a sua correspondencia, pedindo-me que diga quanto souber de sua conduta politica, civil, e moral, e que a sua penna fica aparada; quanto a primeira parte respondo que a minha educação me prohibe publicar as faltas dos meus semelhantes, e só tenho publicado, e publicarei algumas do Sr. Monteiro em defeza da minha honra, e bem a meu pezar; quanto a segunda parte melhor

seria que o Snr. Monteiro dissesse que fica pronta a penna do seu assalariado. Suponho, Snrs. Redactores, que respondendo a correspondencia do Snr. Monteiro, tenho evidentemente provado com argumentos deduzidos da sua mesma correspondencia, que elle he hum calumniador, e detractor da minha honra. Concluo afirmando ao Snr. Monteiro que nunca estarei demaziadamente occupado para deixar de responder sempre as suas correspondencias, e pedindo-lhe finalmente que quando ouver de responder as minhas não deixe sem resposta hum só artigo. Queiraõ Snrs. Redactores, dar publicidade no seu jornal, não só a esta minha correspondencia, como taõ bem aos documentos que a acompanhaõ, com o que muito obrigaraõ ao seu leitor, e assignante. Ser-taõ das Espinharas no Arapuaõ aos 29 de Outubro de 1838.

Antonio Alvares Mariz

DOCUMENTO 1.

Diz o Coronel Antonio Alvares Mariz, que a bem de seu direito precisa que V. S. mande ao Escrivaõ que revendo hum Officio do Capitão Manoel Pereira Monteiro, feito ao Tenente Coronel Joze Teixeira da Fonceca, na occasiã que marxou contra Pinto Madeiro, lhe dê por certidaõ ao pé deste de verbo ad-verbum o theor do artigo que trata de seis cavallos para coadjuvaçã da mesma Tropa: por tanto -- P. a V. S. Illm. Snr. Juiz Municipal seja servido assim deferir pelo que R. M. -- Passe. Villa do Principe 16 de Novembro de 1831. -- Santos Brito. -- João Maria Valle, Escrivaõ do Geral desta Villa do Principe, por S. M. I., e C. o Snr. D. Pedro 2º, que Deos Guarde &c. Certifico que em virtude do despacho suppra, vi o officio de que faz mençaõ o requerimento suppra, e o que requer o Supplicante he do theor seguinte: Remeto a V. S. os seis animaes com cabrestos, e peias, e cangalhas como V. S. me determina, e caso que corra risco, ou morraõ alguns dos meos, nada me deve, e sendo dos que me prestarã, eu sou que os pago, e não mais sufficiente por que a sarna, e a broca tem estruido tudo. Deos Guarde a V. S. felismente. Dinamarca 2 de Junho de 1832. -- Illm. Snr. Joze Teixeira da Fonceca Capitão e Commandante da Força Armada. Manoel Pereira Monteiro. -- Nada mais se continha em dito Officio do que requer o Supplicante que fielmente copiei do proprio original a que me reporto, e vai na verdade sem cousa que duvida fassa, lido, corrido, conferido, e concertado por mim proprio Escrivaõ no principio desta declarado em meu Escriptorio nesta Villa do Principe da Comarca do Assu e Provincia do Rio Grande do Norte aos 16 do mez de Novembro Anno do Nascimento de Nosso Snr. Jezus de 1838 annos. Em fé de verdade, o Escrivaõ Vitalicio do Civei -- João Maria Valles.

DOCUMENTO 2.

João Maria Valle, Secretario da Camara Municipal da Villa do Principe, pela mesma Camara em vertude de Lei &c. Certifico que o theor de hum Officio do Capitão Manoel Pereira Monteiro, dirigido a Camara Municipal desta Villa do Principe he da forma seguinte: Illms. Snrs. Foi-me entregue o Officio de Vs. Ss. datado em 3 do corrente mez, em que me participaõ me devo azar nessa Villa no

dia 21 para a reuniã do Collegio Eleitoral; o qua certamente cumpriria se não fosse o estado de aniquilaçã a que muitos Snrs. desse Corpo Social me pertendem reduzir, em paga dos Serviços com que me tenho prestado a bem dessa Provincia, depois que a ella me encorporei, por tanto forçoso hera que me tornasse para a Parahia donde me axo trabalhando com os meos escravos a fazer o meu arranjo em consequencia do que não me devem mais Vs. Ss. contemplar como Provinciano do Rio Grande do Norte. Deos Guarde a Vs. Ss. felismente. Dinamarca 19 de Abril de 1838. -- Illms. Snrs. Vice-Pesidente, e mais Vereadores da Camara Municipal da Villa do Principe. -- Manoel Pereira Monteiro. -- Nada mais se continha em dito Officio que aqui fielmente copiei do proprio original a que me reporto, e esta fis por me ser requerida pelo Illm. Snr. Coronel Interino das Legões da Villa do Principe, e Porto Alegre. Secretaria da Camara Municipal da Villa do Principe 15 de Novembro de 1838. -- João Maria Valle. Secretario da Camara.

DOCUMENTO 3.

Illm. Snr. -- O amor da Patria, e o ardente desejo de lhe ser util, me dirige, e a meus Irmãos, e cunhados a V. S. offerecendo-lhe para coadjuvaçã da Tropa, que marcha contra o sempre malvado Pinto Madeira 300\$000 rs. em dinheiro, ou vinte bois, como melhor servirã V. S.: não nos izentando com isto de prestarmos maior soma em defesa da sagrada cauza da liberdade, que defender-mos a custa de nossas vidas, derramando por ella athe a ultima gota de sangue. Sirva-se V. S. de acceitar nossa offerta, que he filha legitima do nosso Patriotismo; e da adhesã, que prestamos ao systema jurado. Deos Guarde felismente a V. S., e o proteja na cauza da liberdade, trazendo-o aos braços de seus Amigos, e Parentes. Villa do Principe 26 de Maio de 1852.

Illm. Snr. Joze Teixeira da Fonceca, Commandante da Força Armada da Villa do Principe. -- Antonio Alvares Mariz.

DOCUMENTO 4.

Illm. Snr. -- Recebi o officio de V. S. de 28 deste, e delle vejo os Patrioticos sentimentos de V. S., e de toda sua familia, dos quaes tem sempre dado em todos os tempos provas authenticas, e incontestaveis. Lanço maõ da offerta dos vinte bois para coadjuvaçã da despeza com a tropa auxilia-dora deste Municipio, e breve marcarei a V. S. o dia, e lugar em que os deve mandar por. Levarei aprezença do Exc. Snr. Presidente desta Provincia esta generosa prestaçã de V. S., e de todos os seus, a quem Deos Guarde felismente. Villa do Principe 28 de Maio de 1832.

Illm. Senhor Sargento Mor Antonio Alvares Mariz. -- Joze Teixeira da Fonceca.

DOCUMENTO 5.

Instrumento em publica forma de hum requerimento do Coronel Antonio Alvares Mariz, dirigido ao Tenente Coronel Joze Teixeira da Fonceca. -- Saibaõ quantos este publico Instrumento virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Sr. Jezus Christo de 1838 annos, aos 17 dias do mez de Novembro do dito anno, nesta Villa do Principe da Comarca do

Assi, e Provincia do Rio Grande do Norte em meu Escritorio por parte do Coronel Antonio Alvares Maris, me foi entregue hũ requerimento do mesmo Cor^l derigido ao Tenente Coronel Jozé Teixeira da Fonceca, pedindo-me que lhe desse Instrumento em publica forma do dito requerimento, o qual tomei, e heo que adiante se segue. -- Diz Antonio Alvares Maris, Cor^l de Legião do Seridó, que a bem de seu direito necessita que V. S. lhe ateste debaixo de juramento os Itens seguintes. Primeiro, se o Capitão Manoel Pereira Monteiro deo quatro centos mil reis para a coadjuvação da Tropa que marchou debaixo do Comando de V. S. contra Pinto Madeira na saída da Tropa, ou se os deo depois que a Tropa chegou a esta Villa tendo derrotado o inimigo. Segundo se quando a Tropa estava em vespas de marxar murmurava apellidando ao dito Capitão por corcunda, ou não. Terceiro se por esta cauza V. S., e o Reverendo Vigario Manoel Jozé Fernandes instarão, ou não com o Supplicante para hir ter com elle a fim de dar resposta, e salvar a honra, e se o Supplicante sahio, ou não pelas dez horas do dia para a casa do mencionado Capitão distante daqui dez legoas. Quarto se o dito Capitão respondendo, pediu para que fossem os seus vaqueiros, e seus agregados dispensados, ou não da marcha; por tanto -- Pede a V. S. Illm. Snr. Tenente Coronel de Guardas Nacionais do Seridó lhe ateste ao pé deste quanto souber, pelo que R. M. -- Jozé Teixeira da Fonceca Tenente Coronel do Batalhão de Guarda, Nacionais da Villa do Principe Provincia do Rio Grande do Norte &c. -- Atesto, e juro aos Santos Evangelhos, se preciso for, que o Capitão Manoel Pereira Monteiro deo os 400\$000 rs. depois que a Tropa se recolheu: assim como que he verdade ter a tropa murmurado, e por esta cauza instei, e o Reverendo Vigario com o Supplicante para sair a toda a preça avisar ao dito Capitão para me responder ao Officio que lhe havia derigido pedindo gente do seu Destacamento; assim como he verdade que o Supplicante não hesitou hum momento em montar a Cavallo pelas dez horas do dia a cumprir o pedido. Taõ bem he verdade ter o Capitão Manoel Pereira me pedido em seo Officio para dispensar da marcha aos seus Vaqueiros, e agregados. Villa do Principe 16 de Novembro de 1838. -- Jozé Teixeira da Fonceca. -- Nada mais se continha em dito Officio, e atestação que aqui fielmente copiei do seu original a que me reporto, e vai na verdade sem coisa que duvida fassa, lida, corrida, conferida, e concertada por mim proprio Tabellião em meu Escritorio em dia Era ut retro. Em fé de verdade o Tabellião Publico -- João Maria Valle.

DOCUMENTO 6.

Publica forma do theor seguinte -- Illm. Snr. -- Recabi a sua Participação de 14 deste mez com a carta do Reverendo Vigario da Nova Missão do Gentio das Cabeceras da Ribeira do Piancó Fr. Jezualdo Maria de Florença, e sobre o que nella me expõem passo a dizer. Nesta occasião escrevo ao dito Vigario incumbindo-o de mandar aprontar os ornamentos, e Imagens que pede, devendo V. S. adiantar-lhe o dinheiro que lhe for necessario para essas obras, tirado dos Donativos, as quaes depois de prontas a vista da conta, e recibo hão de ser pagas pela Junta da Real Fazenda, servindo este pagamento para satisfazer o dito adiantamento. Fico a passar as convenientes Ordens para serem entregues, e remetidos os Donativos das outras Villas para se recolher ao De-

posito, e guarda das pessoas por V. S. nomeadas, e que devem fazer os suprimentos; e a responder tambem pelas terras que devem ficar para patrimonio dos Indios. A provo as nomeações que V. S., e o Reverendo Vigario fizerão de Director, e Capitão Mór, aos quaes breve remeterei os Titulos dos seus Empregos, podendo V. S. entretanto hir providenciando tudo o mais que for necessario. Fica-se aprontando a ferramenta, cuja conducção não poderá ser com a brevidade que eu dezejo por depender de conducção, que hade aparecer de combois vindos desse Sertão; e bom será que V. S. me partecipe de algum que d'ahi sair para esta Cidade. Todas as providencias que forem necessarias a bem dos Indios, V. S. hirã dando; e participando-me circunstanciadamente. Deos Guarde a V. S. Parahiha 28 de Maio de 1821. -- Illm. Snr. Joaquim Alves de Faria Capitão Mór da Villa do Pombal. -- Joaquim Rebello da Fonceca Rozado. -- E mais senão continha em dito officio acima transcrito que eu Antonio da Silva e Souza bem e fielmente passei por Publica forma do proprio original que entreguei a quem mevia dado, ao qual me reporto, e está sem couza que duvida faça por mim conferida, e concertada escrita, e assignada de meus signaes Publicos, e raros de que uzo. Villa do Principe aos 29 dias do mes de Outubro de 1838. Escrevi, e assignei em fé de verdade o Tabellião Publico Interino. -- Antonio da Silva e Souza.

DOCUMENTO 7.

Publica forma do theor seguinte -- Recebi do Snr. Capitão Mór Joaquim Alves de Farias, em tudo o tempo que eu estive na Missão da Conceição na Ribeira do Piancó 300\$000 rs., gastei dos ditos 300\$ em todo o tempo que eu estive na dita Missão, em beneficios dos ditos Indios 250\$700 rs. Fica 94\$300 rs., subeijou do dito dinheiro, e ja o entreguei ao dito Snr. Capitão Mór Joaquim Alves de Farias 94\$300 rs. -- Fr. Jezualdo Maria de Florença Missionario Apostolico affirmo como subra, em este dia 27 de Novembro de 1821. E mais se não continha em dito Recibo acima transcrito que eu Antonio da Silva e Souza, bem, e fielmente passei por Publica forma do proprio original que entreguei a quem me avia dado ao qual me reporto, e está esta sem couza que duvida faça, por mim conferida, e concertada, escrita, e assignada de meus signaes Publicos, e raros de que uzo. Villa do Principe aos 29 dias do mes de Outubro de 1838. Escrevi, e assignei em fé de verdade, o Tabellião Publico Interino -- Antonio da Silva e Souza.

DOCUMENTO 8.

Diso Coronel Antonio Alvares Maris, que seo falecido Pai o Capitão Mór Joaquim Alvares de Faria por ordem do Governador da Parahiha, ordenou aos Capitães do seo Corpo para tirarem pelos soldados hum donativo para o Aldeamento dos Indios do Piancó, como prova com quatorze listas assignadas pelos Supra ditos Capitães, e dos quaes se vê a importancia; e como seja muito necessario ao Supplicante para salvar a sua reputação mostrar que a maior parte dos dinheiros foraõ dados em deminutas quantias, requer a V. S. seja servido mandar que o o Escrivão revendo ditas listas, certifique se a maior soma dos dinheiros foi, ou não tirada em quantias de 320 a 40 rs. por tanto P. a V. S. Illm. Snr.

Juiz Municipal seja servido assim deferir, pelo que R. J. Passe do que constar. Villa do Principe 29 de Outubro de 1838. -- Santos Brito. -- Antonio da Silva e Souza, Escrivão de Paz nesta Villa do Principe Comarca do Assu, e Provincia do Rio Grande do Norte, e nella Escrivão Interino do Civil na conformidade da Lei &c. Certifico que revendo as Listas de que faz menção a Petição retro, dellas consta que a maior parte da soma dellas foi tirada em quantias de trezentos e vinte a quarenta rs., sendo de entre estas o maior numero, e soma de 160 rs. O referido he verdade. Villa do Principio 29 de Outubro de 1838. O Escrivão Interino do Civil Antonio da Silva e Souza.

DOCUMENTO 9.

Diz o Coronel Antonio Alvares Maris, que a bem de seu direito precisa que V. S. mande que o Tabellião revendo os Autos da demanda que correo com o Capitão Manoel Pereira Monteiro, lhe dê por certidão de verbo adverbium o theor de hum requerimento do Supplicante feito ao Reverendo João Alvares Camello Bizzera, e da atestação que o mesmo passou ao pé do mencionado requerimento: por tanto P. a V. S. Illm. Snr. Juiz Municipal seja servido assim deferir. -- E. R. M. -- Passe. Villa do Principe 16 de Novembro de 1838. -- Santos Brito. -- João Maria Valle, Escrivão do Geral desta Villa do Principe, por S. M. I. e C. o Snr. D. Pedro 2.º que Deus Guarde &c. Certifico que em virtude do Despacho suppra, fui rever os Autos de que faz menção o requerimento suppra, e nelle a fl. 119 achei o que requer o Supplicante, seu theor de verbo adverbium he da maneira seguinte -- Illm. e Reverendissimo Snr. -- Diz o Sargento Mór Antonio Alvares Maris, morador no Termo do Siridó, Provincia do Rio Grande do Norte, que tendo comprado em 1826 hum casa de taipa, sita na Povoação da Serra Negra, a Francisco Maria da Silva, succedeo que o Capitão Manoel Pereira Monteiro, intitulado-se Administrador dos bens da Capella, se apossasse della no mesmo anno despoticamente a titulo de frivolos pretextos, e dando o Supplicante principio a reivindicar sua Propriedade pelos meios competentes, consta-lhe que o dito Capitão se dirigira em dias

de Fevereiro a V. S. por hum carta, empenhando-se muito com V. S. para que fizesse com que o Tenente João Manoel de Sá Cavalcanti, e seu irmão Manoel Joaquim (testemunhas que foram do papel de compra da dita casa) lhe respondessem que não tinham feito suas assignatura em presença da vendidora, sim depois deste ausente, e tudo isto por hum copia que na mesma occasião remeteo a V. S. por sua propria letra para assim destruir o legitimo titulo do Supplicante; e como muito necessita o Supplicante para defender não só o seu direito, como a sua honra, e reputação, que V. S. lhe ateste debaixo do juramento dos Santos Evangelhos se he, ou não verdade ter o mencionado Capitão Pereira praticado semelhante procedimento, que envolve em si a mais negra maldade: por tanto -- Rede a V. S. Illm., e Reverendissimo Snr. Padre João Alves Camello lhe ateste a verdade. -- E. R. M. -- Atesto, e juro aos Santos Evangelhos, que o Capitão Manoel Pereira Monteiro, por carta de 25 de Fevereiro do corrente anno, a mim dirigida, pôz em pratica tudo quanto menciona o requerimento do Supplicante; assim como atesto, e juro que falando as ditas testemunhas, a quem apresentei a copia, estas recusaram das resposta por ella, respondendo-me que já mais o fariam, por que tinham sido testemunhas da venda da casa quando se achava presente Francisca Maria da Silva. O referido he verdade. Taquaritiba 12 de Março de 1837. -- João Alves Camello Bezerra e Menezes. -- Reconheço a letra, e firma suppra ser do proprio punho do Reverendo João Alves Camello, por ter della inteiro conhecimento, o referido he verdade. Villa do Principe 29 de Junho de 1837. Em fé de verdade, o Escrivão João Maria Valle. Nada mais se continha em dito Requerimento, e attestation que tudo aqui fielmente copiei do proprio original e que me reporto, e vai na verdade sem couza que duvida fassa, lida, corrida, conferida, e concertada por mim proprio Escrivão no principio desta declarado em meo Escriptorio nesta Villa do Principe da Comarca do Assu, Provincia do Rio Grande do Norte aos 16 dias do mez de Novembro anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1838. Em fé, e testemunho de verdade, o Escrivão do Geral João Maria do Valle.

CORRESPONDENCIA.

Srs. Redactores.

Eu estava bem persuadido de que já não existião no nosso solo reliquias de despotismo, ou que este voras monstro, quando menos, já estava prestes a dar os ultimos suspiros, depois da nossa santa Constituição; porem o facto, que com panno vou narrar, afastou de mim esta falsa persuazão, fazendo-me crer por experiencia, que existem ainda fieis imagens dos antigos Bachas, maxime no centro das Provincias. Aconselhado pelos Professores de medicina desta Praça, procurei os ares do Sertão; como mais salutar, e elegendo os do Seridó, alli fiz a minha residencia por alguns mezes. Quando ali cheguei estava na ordem do dia huma questão entre o Snr. Sargento mor Antonio Alvares Mariz, hoje Coronel de Legião do mesmo Seridó, e o Snr. Capitão Manoel Pereira Monteiro, sendo o objecto della ter este ultimo tomado arbitrariamente ao Snr. Mariz huma caza, que este havia comprado, cita nas terras do Patrimonio da Capella da Serra Negra, do termo da Villa do Principe do Seridó, dizendo que aquella pertencia a Santa Padroeira da Capella de quem o Snr. Monteiro se dizia Administrador. Começarão por justificar cada hum o seu direito naquelle Juizo. O Snr. Mariz apresentou hum verdadeiro titulo, e testemunhas de reconhecido character, que jurarão constantemente a seu favor, e sem a menor contradicção. O Snr. Monteiro pelo contrario nenhum titulo apresentou, e produzindo nove testemunhas, todas tiradas de seus vaqueiros, e apaniguados. Estas, apesar da escudada lição, apenas forão reperguntadas, titubiarão, e jurarão finalmente a favor do Snr. Mariz. Alem disto procurou o Snr. Monteiro seduzir, para negarem a verdade, não só o cidadão, que escreveu o titulo da caza do Snr. Mariz, como tambem os dous, que assignarão como testemunhas; derigindo aos ultimos cartas de seu proprio punho, as quaes o Snr. Mariz felicitemente colheu e acostou aos Autos. Isto, Snr. Redactor, já me parecia mais que sufficiente para se coherer o direito, que assistia ao Snr. Mariz, e a sem razão do seu antagonista, que devera logo ceder de sua injusta pretensão; porem não succedeu assim, e eu fui testemunha do que continão a expor. Subirão os Autos a presença do Dr. Juiz de Direito, que deo a favor do Snr. Mariz a sentença, que por copia offereço debaixo do numero primeiro para ser tão bem publicada. Determina o Snr. Monteiro appellar da sentença, o que sabendo aquelle recto julgador lhe derige o officio que por copia junto debaixo do numero segundo. E como a nada attendesse o Snr. Monteiro, requereu o Snr. Mariz ao Juiz, que para defender o seu direito na Relação, convinha que o Snr. Monteiro apresentasse o titulo, que o constituia Administrador; sem o qual não podia demandar, e para o que ja tinha sido de balde citado duas vezes logo no principio da questão. Quando se esperava, que elle apresentasse hum titulo valioso, eis que apparece huma falsa provizão passada em 1829 por hum Ouvidor da Parahiba, quando em 1820 tinha o Snr. Dr. Marianno Jozé de Britto Lima, como primeiro Ouvidor da nova Comarca do Rio Grande do Norte, exercitada na Villa do Principe as funções de seu Ministerio. Quando mesmo fôsse legal aquella Provizão, já estava sem vigor, por ter sido passada só por hum anno. Nota-se que em 1826, quando elle tomou arbitrariamente a caza ao Snr. Mariz, nem essa illegal Provizão tinha. Conhecendo o Snr. Dr. Provedor a illegalidade da quella Provizão, e que o Snr. Monteiro estava a titulo de Administrador, praticando arbitrariedades, e delapidando o Patrimonio da Santa a fim de covar seus caprixos, e intrigas partienlares, houve por bem nomear hum verdadeiro Administrador, que zelasse aquelle Patrimonio, ordenando ao Juiz Municipal chamasse a contas o Snr. Monteiro pelo tempo em que introzamente regeu os bens da Santa. Então bramindo de raiva o Snr. Monteiro, e levado do abominavel dezejo de huma mal entendido vingança, o que não faria? O que ninguem pençou. Apresentou humas contas, que fazem a vergonha do mais abjecto homem, cobrando da Santa mais de dês

mil cruzados por hum serviço, que fez na Capella, o qual não excedeu a hum altar mor (imperfeito por não estar ainda pintado) hum corredor, e seu sualho, sualho do côro, forro da Capella mor, e a Igreja rebocada por dentro, e por fora; sendo a télha, tijollos, e grande porção de farinha dados de esmola a Santa. Sêja o respeitavel Publico Juiz desta cauza, e julgue se se pode consumir no serviço supramencionado a exorbitante somma de mais de dês mil cruzados, que juntos ao producto da télha, tijollos, farinha, e de mais de de sessenta bois da Santa, que se matarão para os trabalhadores, e mais esmolas, que fizerão os fieis, temos a pequena obra excedendo a mais de desaceis mil cruzados; e bem longe ainda da sua perfeição. Snr. Redactor, grande lucro tirou o Snr. Monteiro das contas que fêz com Nossa Senhora: Não pôde porem o honrado Dr. Provedor levar em conta tão illegaes, como extraordinarias dispezas, como se vê da sentença, que offereço debaixo do numero terceiro, da qual o dito Snr. Monteiro appellou para a Relação deste Districto. E quem dissera, Snr. Redactor, que o Snr. Monteiro, que a pouco demandou o Snr. Mariz, se intitulava em suas razoes finaes por zeloz defensor dos Direitos da Santa, arrojando-se a ameaçar a existencia do Snr. Mariz, a fim de ver se aterrava este, e fazia com que dezesse da defesa de seus Direitos, esquecendo-se que se pozesse em pratica este seu execrando projecto delle nascerião funestissimas consequencias, como lhe fez ver a pessoa a quem elle publicou este sempre detestavel intento, ouzasse agora apresentar-se em campo, demandando a mesma Santa!!! He de notar que pela primeira vez que o Snr. Dr. Provedor veio ao Termo do Seridó, o Snr. Monteiro lhe fêz o requerimento que debaixo do numero quarto offereço com o seu despacho, despacho que só lhe foi concedido por que naquelle tempo estava o Snr. Dr. Provedor persuadido de que elle era legitimo Administrador: Ora do mesmo requerimento se vê que o mesmo Snr. Monteiro a trez annos trabalhava na Capella a sua custa, ou dos fieis, e ainda assim não hesita apresentar na sua conta todas as dispezas, feitas com o serviço antes daquelle despacho; dispezas que elle estava obrigado a fazer por hum voto, que fez a Padroeira de acabar a Capella mor a sua custa, se ella o livrasse de huma molestia, que então soffria, da qual com efeito foi livre. Elle porem ja não se lembra de tal voto, commettendo assim hum sacrilegio, segundo hum antigo sabio, que se expressa nestes termos — O voto he hum conctrato, que se ajusta com a Divindade; e huma promessa solemne, que se lhe faz, da qual não se permite diminuir de nenhum modo couza alguma; e se he hum crime faltar a palavra a respeito dos homens, he huma impiedade, e hum sacrilegio faltar a palavra a respeito de Deos. Nota-se mais que depois do despacho só trabalhou hum anno, tempo em que he impossivel ter gasto mais de dês mil cruzados. Os bens da Santa, Srs. Redactores, não chegam para pagar, ainda vendendo o sitio do Patrimonio, o qual (dizem) tem a muito o Snr. Monteiro ardentes dezejos de o possuir. E que lucra a Santa, Srs. Redactores, em vender todos os seus bens para pagar huma quantia, que se diz ter sido gasta no serviço do seu templo, ficando assim sem bens alguns, e com o Templo imperfeito? Que homem, a não ser hum louco, dará todos os seus bens por hum Palacio ainda não acabado, ficando assim sem meios de o acabar? Não seria melhor que esse pretendido Administrador fosse trabalhando no Templo da Santa, pouco a pouco com os renditos do seu Patrimonio, ou que esperasse que houvesse o dinheiro necessario para então começar o serviço? De certo que sim. Tenho exposto, Srs. Redactores, o estado em que se acha a questão da Santa, cujos Autos chegarão em breve a esta Praça a serem sentenciadas no respeitavel Tribunal desta Relação; e todo o sertão attento a decizão do dito Tribunal, espera ver confirmada a justa sentença do Snr. Dr. Provedor, embora o Snr. Monteiro diga ufanoso, que a força de dinheiro hade torcer as Leis; nem eu, nem as pessoas sensatas daquelle sertão nos capa-

vilamos de tal, e se por hum azar bem contrario a expectativa de todos não se fizer justiça á causa da Mãe de Deos, eu dar-me-hei ao trabalho de fazer publicar por meio da imprensa as contas que apresentou o Sr. Monteiro: com as necessarias cotas feitas por hum Amigo, que está no facto de tudo, para que o publico imparcial conheça o que obrou com a Mãe de Deos o Sr. Monteiro: pois se nós defendemos com ardor qualquer causa nossa, com muito maior razão devemos tomar a defesa da causa da Mãe de Deos, como nossa Advogada ante o Throno excelso do supremo Author do universo. Queira, Sr. Redactor, dar publicidade na sua fôlha a esta minha expozição, com o que muito obrigará ao seu Patrioio, e Comprovinciano — O devoto da Mãe de Deos.

DOCUMENTO N.º 1.

Vistos, e examinados, e conferidos estes Autos com suas alegações, provas, documentos, e razões, delles se vê terem os Authores, o Major Antonio Alvares Maria, e sua mulher D. Monica Freire da Silva, intentado sua acção com direito, e boa fé, e haverem provado, e sustentado sua intensão com instrumentos publicos, com documentos authenticos, com plenas provas testemunhaes, e até com as proprias provas, e confissão do Reo, o Capitão Manoel Pereira Monteiro: vê-se mais que o Reo, como destituído de direito, buscou subterfugios, e aliciou pessoas para jurarem, e se constituirem em seu favor; e desta sorte se defendeu com dolo, e malicia: vê-se igualmente que o mesmo Reo lançou mão da caza em questão, alegando ser Administrador de Nossa Senhora do O', quando não consta que elle fosse naquelle tempo encarregado de tal Administração; assim como tem litigado por parte da Santa sem permissão do legitimo Provedor: vê-se também que as testemunhas dos Authores, alem de serem de melhor nota, e criterio, que as do Reo, jurarão consensir, e concludentemente, e que as do Reo, se contradizem por mil maneiras, e a olhos vistos: vê-se finalmente que os aliciados pelo Reo depeem todos contra o seu aliciador, provando sem contradição a propria aliciação. A vista do que, e de mais que dos Autos consta, tendo em vistas a ordenação do Livro 3.º título 63, 64, e 67, e mais disposições de Direito com que me conformo; julgo pertencer aos Authores a caza em questão com os alugueis pedidos pelos mesmos Authores, que se liquidarão na execução a esta sentença, a contar desde o dia da injusta posse do Reo; e por isso condemnno a mesmo Reo a entregar aos Authores a dita caza com os seus alugueis; assim como a pagar as custas, tanto judiciaes, ou do Processo, como pessoais, e na Dizima da chancelaria. Villa da Princeza 3 de Novembro de 1837.

Basilio Quaresma Torreão Junior.

DOCUMENTO N.º 2.

Illm. Sr. Arabo de lér, e sentenciar huns Autos de Libello civil de reivindicção entre partes, o Sargento Mor Antonio Alvares Maria e sua mulher, e V. S. como Administrador dos bens de Nossa Senhora do O' da Capella da Serra Negra; e muito admirei ter V. S. sustentado huma tal questão em nome da Santa, tem licença do seu legitimo Provedor, só com o fim de cevar caprichos, e intrigas particulares, despendendo assim grande soma de dinheiros, em vez de zelar seu Património, como era do seu dever; mas para que isto fique sanado de alguma maneira, e não continue a desfalecer o Património da Santa com huma renhida questão aonde se vê a sua sem razão, e a grande justiça, que assiste da parte do Sargento Mor Maria; lembro a V. S., que será bom desistatir de todo, e qualquer recurso, que possa intentar a favor desta questão, pois que em qual quer Tribunal, que ella appareça sempre lida de ter os seus antagonistas a mesma Sentença, que acabo de proferir. Acresce a isto o desor, que fica da minha parte de conservar hum Administrador, que me julga injusto; por que defendendo-se a apelação a provocação legitima interposta em tempo habil do Juiz inferior para o Superior, por motivo de remediar o grava-me que se julga feito que consequencia poderão tirar d'aqui? Ou que eu me considero injusto, ou que condescendo com quem me chama. Por tanto, a vista do que aca-

do de ponderar-lhe, julgo ser acertado que V. S. desista dessa apelação, que me dizem querer intentar, por ser esta deistancia a favor, e não contra os interesses da Santa, que pretende proteger. Deos Guarde a V. S. Villa da Princeza 10 de Novembro de 1838. Basilio Quaresma Torreão Junior. Illm. Sr. Capitão Manoel Pereira Monteiro, Administrador de N. Senhora do O' da Capella da Serra Negra.

DOCUMENTO N.º 3.

Vistos, e examinados estes Autos de contas, que presta o Capitão Manoel Pereira Monteiro, na qualidade de Administrador da Capella e Património de N. Senhora do O' da Serra Negra, com o seu requerimento, e meu despacho de 5 de Dezembro de 1835 a elle juntos d'elle consta, e se vê claramente, que o dito Administrador, pedindo-me em Dezembro de 35 faculdade para dispendir com a obra da Capella algum dinheiro da Santa, que tinha em sua mão, já se achava trabalhando a tres annos na dita Capella, d'onde se vê, que não tendo elle até aquelle tempo obtido faculdade para dispor d'esse dinheiro; e confessando não poder d'elle dispor sem permissão do Provedor: estava trabalhando até então a sua custa, ou com esmolas dos fieis; ou mesmo a custa da Santa sem authorização do Provedor, e apesar d'essa obra ainda tinha dinheiros da mesma Santa em seu poder. Pelo que; dando-lhe o Provedor a faculdade pedida para dispendir na continuação do serviço da Capella somente os reditos da Santa; he certo, que o Administrador não podia fazer despesas superiores a receita da mesma Santa sem nova authorização: e se ultrapassou esses limites com despesas enormes, devem correr por sua parte, e se concederão esmolas, que por sua generosidade fez a nossa Senhora do O', e por isso não posso levar enconta, senão a despeza de hum conto nove centos oito mil cincoenta e cinco reis, 4:908,055, igual a receita orçada, e mais os bois que matou para o mesmo serviço, ficando assim desonerada a Santa de repor quantia alguma ao sobre dito Capitão Manoel Pereira Monteiro, e tanto mais, quanto nas diversas adições da despeza apparecem algumas gages, e sem documentos, que as justifiquem, como por exemplo na despeza do anno de 1830 af. se vê exarada a despeza de 16:790 reis de custas das contas de 1829, sendo pelo contrario essa despeza da quantia de 14:390 reis, como se vê af; e mais abaixo vê-se também na despeza desse mesmo anno adições de despesas feitas em 1824, 1835, e 1836, como se no anno de 1830 já podesse elle saber da quellas despesas, que havia de fazer em annos posteriores com fretes de Barcos, canoas &c. &c. Desta maneira pois julgo por tomadas, firmes, e valiozas para não serem mais tomadas, e nem se alegar sobre ellas saldo algum pro, ou contra. Villa da Princeza 12 de Maio de 1838.

Basilio Quaresma Torreão Junior.

DOCUMENTO N.º 4.

Illm. Sr. Diz o Capitão Manoel Pereira Monteiro, Administrador de N. Senhora da Serra Negra desta Comarca, que elle se acha trabalhando a tres annos na dita Capella, e com desejos de levalla a sua perfeição; que tem em sua mão algum dinheiro da mesma Senhora, que pode muito bem ajudar a hum tão santo fim, do qual não pode dispor sem faculdade de V. S.; outro sim que por estes mesmos serviços não pode presentemente dar contas da Administração da dita Capella, o que não pode bem fazer depois de concluido o serviço da mesma, nestes termos. Pede a V. S. Illm. Sr. Juiz de Direito desta Comarca seja servido conceder ao Supplicante faculdade assim para lançar mão dos dinheiros que tem em seu poder para ajudar ao serviço da dita capella, como para dar as contas depois de findo o serviço desta, de que. R. M.

Despacho --- Comp muito se deve confiar na probidade do Administrador, pode elle afoitamente despendir os reditos da Santa com o serviço da Capella, assim como prestar as suas contas quando bem lhe convier. Villa do Principe cinco de Dezembro de 1835. Torreão.